

AUDIÊNCIA DO DIA 24/05/2007

Antonio Carlos Valente

Graduado em Engenharia Elétrica ;

Pós-Graduado em Administração e Negócios pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ);

Iniciou sua carreira como Gerente do Departamento de Planejamento Técnico da Telebrás e da Telerj no Sistema Telebrás;

Membro, entre 1997 e 2004, do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), da qual também foi Vice-Presidente;

Assessor Especial do Ministro das Comunicações (1997);

Membro das Comissões de Avaliação da União Internacional de Telecomunicações (UIT);

Presidente do Grupo Telefônica no Peru em novembro de 2004;

Presidente do Grupo Telefônica no Brasil e da Telefônica São Paulo (Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp) desde janeiro de 2007.

(Transcrição *Ipsis Verbis*)

Não identificado – Boa tarde, senhoras e senhores, acho que podemos dar início, continuidade a esse conjunto de audiências abertas ao público, sobre convergência tecnológica na área de telecomunicações, conduzida pelo Conselheiro Prado, a quem eu passo a palavra imediatamente para que inicie os trabalhos.

Prado – Bem senhores, boa tarde. Como a presidente falou, vamos dar prosseguimento a essas audiências públicas, lembrando a forma que elas são organizadas, o expositor será agora doutor Antônio Carlos Valente, presidente da Telefônica, terá entorno de 40 minutos pra apresentar suas exposições, e posteriormente os membros, os Conselheiros do CADE, Ministério Público, devem estar chegando, e também a representante do governo, a SIAI, da Anatel, passariam a fazer perguntas para o expositor. Eu vou pedir ao doutor Valente, por favor, como preferir, se preferir falar daqui, sentar aqui, sintase à vontade.

Antônio Carlos Valente – Muito bem, muita boa tarde a todos. Em primeiro lugar um gentio agradecimento ao CADE pela oportunidade que nos propicia, pra que nós tenhamos possibilidades de apresentar algumas reflexões, algumas idéias sobre um tema tão fascinante e atual como é o processo da convergência e seus impactos na vida de cada um de nós. Com a autorização de vocês eu trouxe aqui um conjunto de lâminas, e estarei apresentando, não sei se vou conseguir me restringir aos 40 minutos, e se for possível poderia ter aí um adicionalzinho de tempo, doutor Prado. E junto aqui comigo eu tenho também o meu *kit* de sobrevivência, que me ajuda a ter alguma resposta pra algumas perguntas que possam ser feitas. E tô aqui também com meus universitários, caso seja necessário alguma informação adicional, certo? Bom, então, supondo que eu soubesse onde faz pra avançar os *slides*, opa. Então, a gente poderia passar pro primeiro *slide*. E o primeiro *slide* dá uma idéia de qual é o roteiro que vamos nós, que vamos seguir na parte da tarde. Falar um pouquinho sobre as questões mais técnicas relacionadas à convergência tecnológica. Falar um pouquinho sobre a questão da regulação, as questões mais concorrenciais, a figura do papel do estado com relação à diversidade de conteúdos. A utilização das questões tecnológicas, do avanço da tecnologia em função da universalização de serviços. E algumas mudanças que, no nosso entendimento, poderiam ser muito bem-vindas, pra que nós tivéssemos o cenário mais adequado no futuro. E aí, pedindo a minha assistente, que fizesse aí a passagem do *slide*. Esse *slide*, apesar de muito carregado e tal, ele tem a idéia de compartilhar com todos aqui a base do processo de convergência tecnológica. Esse é um *slide* feito por engenheiros, obviamente que, como todos os *slides* feitos por engenheiro, tem mais informação do que necessário ter, mas o que a gente tá querendo dizer ali é que, desde o momento onde todo o sistema de telecomunicações no mundo começa a ser desenvolvido, e onde entram todas as técnicas analógicas de transformação dos sinais audíveis em sinais elétricos, o transporte desses sinais elétricos nas redes de telecomunicações, a gente passa por um processo que se inicia nos anos 60, de forma bem prática, com os primeiros sistemas, chamados sistemas PCM, ou Pulso Coden Modulation. E esse processo envolvendo técnicas de amostragem e codificação vai avançando de uma forma muito importante, até nós chegarmos à situação dos dias de hoje, onde técnicas bastante desenvolvidas de amostragem, codificação e compressão, permitem que os antigos sinais analógicos trafeguem nas nossas redes como sinais binários. E esses sinais binários passam a ser idênticos, ou seja, independente do tipo de informação que transita nas redes de telecomunicações, originalmente os sinais de áudio, e sinais de vídeo, sinais de textos e dados, que originalmente tinham características técnicas completamente distintas, o processo de digitalização os transforma em sinais absolutamente idênticos, que são os sinais digitais. E a gente poderia colocar esse ponto, que é o ponto da digitalização, como primeiro ponto de grande importância, e que realmente acabou sendo originador de todo processo de convergência. O segundo ponto, que tá aqui um pouquinho mais abaixo, é exatamente o desenvolvimento dos chamados protocolos IP, o Internet Protocol, e que fazem com que essa digitalização de redes, que, como eu falei anteriormente, tinha sido iniciada nos anos 60, passasse por uma outra fase, com base nessa estandarização, com base nessa padronização desses protocolos, o que acabou sendo obtido pelo desenvolvimento do protocolo IP, que hoje é praticamente o protocolo universal, que se utiliza nas redes de telecomunicações. Então, a combinação desses dois grandes eventos, ou seja, digitalização dos sinais e todo seu desenvolvimento ao longo de décadas, culminando com a evolução dessas técnicas de amostragem, codificação e compressão, e a estandarização do protocolo IP, produzem esse mundo onde as informações agora começam a transitar nas redes de telecomunicações, e são, vamos dizer assim, transparentes em termos de transporte. E aí essa evolução tecnológica gerando, então, essa oferta de serviços de múltiplas aplicações, com possibilidade de utilização de uma única plataforma. E abaixo aquela frase aí bastante conhecida, o Nicolas Negro Pontes, que de certa forma dá um contexto um pouco poético a toda essa situação de rigidez e de dureza dos engenheiros, *bits* são apenas *bits*, nada mais do que *bits*. Essa é a base da convergência tecnológica, se nós fôssemos analisar de uma forma muito simplista. Por favor, o próximo *slide*. Bom, esses outros *slides*, esse outro *slide*, ele, de certaforma, ele fala um pouco também sobre um ponto que é normalmente desprezado no caso da rede, das redes de telecomunicações e nas avaliações que nós fazemos. E ele procura identificar as características de um dos meios mais intensamente disponíveis em todo o mundo, que são as redes chamadas redes telefônicas, que utilizam intensamente os chamados cabos multe pares de cobses, né? Então, aqui nós podemos observar, e novamente esse *slide* também foi feito por engenheiros, e tem uma certa complexidade, nós

vamos tentar transformar isso aí um pouco em poesia, mas aqui nesse gráfico a gente pode observar que esses cabos eles foram originalmente idealizados, e quando eu digo originalmente idealizados, a gente tá falando de um desenvolvimento que se deu no final do século XIX, princípio do século XX, que foi a possibilidade de transportar sinais de voz. E os sinais de voz são sinais de baixíssima frequência, né? Especialmente no mundo de hoje, são sinais que estão compreendidos entre 300 e 3.400 *Hertz* . Bom, o que que acontece ao longo do tempo? As empresas de telefonia vão observando que tinham um ativo importante, que esse ativo importante acabaria se tornando obsoleto em função das novas necessidades do mercado, em função da própria convergência que começava a desmontar, e uma empresa americana, chamada *Bel Athletic* , que atuava no mercado de Washington, uma das antigas *Beibe Belson* começa a fazer o desenvolvimento daquilo que se passou a chamar de ADSL, ou seja, um, todo um conjunto de equipamentos eletrônicos, basicamente equipamentos colocados nas centrais telefônicas, e também *modems* colocados nas dependências do usuário. E esses equipamentos, originalmente os ADSL, o A de assimétrico, porque permitia uma velocidade de baixada, diferente da velocidade subida, foram gradativamente tornando mais efetivas as redes de cobres, que tinham essa característica original, e permitem então a evolução e a utilização dessas redes de cobre, esses cabos multe-pares para frequências mais elevadas, permitindo então o transporte de dados, o transporte de informações binárias, conforme nós falávamos anteriormente, nas redes telefônicas. Bom, desde 1992 até os dias de hoje, nós tivemos uma evolução muito grande nesses equipamentos, chamados DSL; a gente saiu do ADSL, já passou pelo XDS, pelo VDSL, e agora se fala no XDSL, aonde a gente começa a ter cada vez mais possibilidades de velocidades mais altas. Mas o ponto importante a destacar nesse *slide* é que toda essa infra-estrutura, é uma infra-estrutura que foi originalmente desenvolvida para serviços de voz, e conseqüentemente tem uma das maravilhas aí da engenharia por trás dela, que faz com que essas redes tenham possibilidade de transportar sinais de velocidade mais altas, e esses sinais de velocidade mais alta tendo múltiplas aplicações, uma delas muito conhecida é a questão da utilização de portas de banda larga. De outra maneira, aquilo lá dos direitos da transparência, nós temos as redes de cabos coaxiais, que são as redes tipicamente utilizadas pelas prestadoras de serviços de televisão por cabo. E essas redes de televisão por assinatura, rede televisão por cabo, que utilizam a infra-estrutura de cabos coaxiais, e a gente nota aqui muito claramente a diferença entre uma tecnologia e outra. Ainda que no mundo analógico os cabos fossem os mesmos, eles já tinham uma possibilidade de oferta de largura de banda muito diferente da oferta de banda que existia nas redes telefônicas. O que eu tô querendo dizer com isso é que essas redes de cabos coaxiais elas foram projetadas, e através das suas características físicas e elétricas foram redes desenvolvidas para altas frequências, e que conseqüentemente, intrinsecamente tem uma capacidade completamente diferente das redes de cabo multe-pares. Bom, posteriormente também se deu a evolução dessas redes, elas hoje também são redes digitais, mas isso só faz com que essas redes se tornem cada vez mais poderosas em comparação com as redes de cabo multe-pares, que como eu disse anteriormente não foram desenvolvidas com esta finalidade. O último ponto aqui, nós temos aí as fibras óticas. As fibras óticas nascem já depois do processo de digitalização, e são meios de altíssima capacidade. As fibras óticas hoje são a base das conexões internacionais, que são utilizadas nos diversos cabos interoceânicos, e aí a gente tá falando de altíssimas capacidades de transmissão, e se nós fizemos aqui uma comparação ainda que qualitativa entre os dois gráficos, a gente tá vendo que a capacidade dessas fibras óticas é imensamente superior a todas as outras capacidades que a gente tá falando. Então, eu acho que a mensagem fundamental, que a gente deveria ter nesse *slide* , é que, diferentemente do que se fala, as redes telefônicas não são as redes que, não nasceram com o código genético da banda larga, não nasceram com o código genético da alta velocidade, sim, foram redes que potenciadas por muita eletrônica, e muito desenvolvimento, acabaram se tornando possíveis de ser utilizadas pra essas aplicações. E que ao final, provavelmente quando nós tivermos falando de rede do mundo, do futuro, a gente ainda vai tá falando de rede de fibras óticas, não está falando mais em unidade de mega *bits* , ou dezenas de *mega bits* a nível de velocidade, a gente vai tá falando aqui de dezenas ou centenas de *mega bits* nessas redes, que serão as redes do futuro, que serão as redes de fibra ótica. Muito bem, dado esse então, esse contorno inicial com relação à origem do processo de convergência, e algumas características dos principais atores físicos que envolvem no processo, que tão envolvidos no processo de convergência, eu pediria então pra que a gente passasse o próximo *slide* , e através da passagem desse próximo *slide* , a gente pode ver claramente que, no lado esquerdo da transparência, nós tínhamos aí a visão desintegrada, vamos chamar assim, do, da oferta de serviço de comunicação e entretenimento, dentro do modelo antigo, onde você tinha diversas redes, e cada uma dessas redes tinha a sua oferta de telecomunicações, de televisão paga, ou até mesmo de radiodifusão. E a evolução desta, desse conjunto de redes isoladas para as chamadas redes convergentes, gerando modelos de negócio ou possibilidades de modelos de negócios convergentes, onde você tem claramente a possibilidade de trabalhar com comunicação e entretenimento simultaneamente, né? Então, essa é uma, só uma visão pictórica do que tá acontecendo efetivamente, né? É a separação entre serviço como decorrência da separação dessas redes não existe mais, ou pode não existir mais, pelo menos em termos técnicos, gerando então a possibilidade de ter essa oferta de serviço combinado de entretenimento e comunicação. Muito bem, se passamos então ao próximo *slide* , nós observamos que, se analisando então agora sobre a ótica, tanto do mercado, como do consumidor, existem benefícios pela adoção, pela implementação de redes convergentes, né? A nível do mercado, a questão da possibilidade de se trabalhar com otimização do processo de investimento, redução também dos custos de comercialização, com efeito direto sobre a indústria, sobre as empresas. E, no caso do mercado consumidor, a redução dos custos de transação, já que a gente poderia estar emitindo faturas únicas, a gente poderia tá simplificando substancialmente a vida dos consumidores, e eventualmente também gerando benefícios financeiros no momento em que essa integração, a exemplo do que passa em outras indústrias, a possibilidade de comercialização conjunta desses produtos poderia gerar processos de benefícios aos consumidores, né? E aí, aí a caixinha abaixo falando que esse processo de convergência com a possibilidade de utilização múltipla da infra-estrutura disponível ou aquela que vem a ser implementada gerando então a figura aí das economias de escopo, e essas economias de escopos sendo utilizada em benefício dos usuários. Bom, e essa oferta convergente ela tá se, próximo *slide* , por favor. Ela já tá sendo uma realidade em alguns países do mundo, como é que nós estamos verificando o desenvolvimento dessas propostas? Bom, temos um estudo então, uma pesquisa que foi feita pela, no âmbito dos países da OCDE, e claramente entre os 87 operadores que foram pesquisados, se eu não tô equivocado em 30 países, é, 30 países, a gente já verifica ali que 56% desses operadores já estão ofertando, já estão tendo a possibilidade de ofertar o que na nossa indústria é comumente chamado de oferta integrada, ou pacotes Triplo Play, dados, vídeos e voz, né? E mais da metade dessas empresas eram originalmente empresas do setor de telecomunicações. Então, essa pesquisa, que foi realizada recentemente, dá uma idéia de tendência a nível dos mercados mundiais, apresentando de uma maneira clara e bastante significativa esse processo já no nível empresarial. Muito bem, se passarmos pro próximo *slide* , então, vamos falar um pouquinho sobre a questão da regulação e o fomento à competição. Bom, um ponto extremamente importante é que, na realidade, a regulação e o seu agente regulador sempre devem trabalhar pra que exista o aumento de opções de oferta de serviços para os diversos clientes, e esse aumento de oferta de serviços sendo também acompanhado pelos incentivos correspondentes, para que os investimentos necessários venham a ser, a ser observados com a maior rapidez possível, e por dentro dos conceitos de maior economicidade. Bom, a nível do mercado do consumidor, nós temos aí uma série de princípios norteadores dessa ação do regulador, através de todo o sistema de

regulação. A tendência, o objetivo de procurar a universalização dos serviços, a tentativa de trabalhar em termos de diversidade geográfica, melhoria da qualidade do serviço, a quantidade a ser ofertada, ou seja, todo um conjunto de requisitos que devem ser perseguidos pelo regulador através da regulação, para que o consumidor seja beneficiado por todo esse processo de regulação, né? E a nível do mercado, aí a indústria sendo considerada como um todo, há a questão do fomento à competição, como elemento que contribui pra que todos os agentes que procurem maximizar as suas ações, procurem ser mais eficazes possíveis. E a questão também do incentivo à realização de investimentos, né? Pra que o processo de inovação se dê dentro de um conceito muito claro, como sendo um objetivo a perseguir, ou seja, dentro de um contexto mais geral, o regulador deve procurar trabalhar para que os desequilíbrios que eventualmente ocorrem no mercado sejam reduzidos, se possível eliminados, pra que isso venha a ser trabalhado a favor da sociedade. O próximo *slide*, então, dá uma idéia da situação no Brasil, com relação a esses eventuais desequilíbrios, e aí a gente já sai de uma situação meio que geral, pra uma situação mais específica, e a gente tá falando aí do caso do mercado de televisão por assinatura. E nós podemos ver nesse quadrinho que existem alguns quesitos, a gente selecionou ali a participação do capital estrangeiro, a participação irrestrita, atuação das empresas concessionárias de serviços telefônico fixo comutado, e a obrigação do (fala ininteligível). E observando as diversas tecnologias hoje disponíveis, o cabo, as tecnologias de pavimento de serviço de televisão assinatura, de televisão por assinatura via microondas, e o serviço de televisão por assinatura via satélite, claramente se observa que por ação legal, ou por ação regulatória, existe algum desequilíbrio em cada um desses pontos. Então, se nós formos analisar, por exemplo, o primeiro "x", a lei do cabo tem numa das suas disposições, que as empresas têm que ser no mínimo 51% pertencentes ao capital nacional. Essa é uma disposição que existe na lei do cabo, e não existe no caso das empresas que utilizam a tecnologia de MMDS IDPH, que, como nós sabemos, são regidas pela lei geral de telecomunicações, a lei do cabo aprovada e implementada a partir de janeiro de 1995. E o MMDS IDTH baseados na lei geral de telecomunicações aprovado em meados do ano de 1997. No caso das atuações, da atuação da empresas concessionárias, o mesmo também se observa com restrições na lei do cabo, restrições essas que se tornam muito mais fortes nos próprios contratos de concessão. E restrições que não existem no mesmo nível para as tecnologias de MMDS IDTH. E a questão da obrigatoriedade de veiculação dos canais abertos, conhecido aí como *Mansequeren* na indústria, aí de uma maneira diversa na lei do cabo, esta é uma obrigação das empresas de televisão a cabo, e não é uma obrigação, se a gente colocar como obrigação, para aqueles que utilizam MMDS IDTH. Se nós analisarmos sobre a ótica do Direito, é um direito das empresas de cabo contarem com esses sinais de televisão aberta, e não é um direito garantido pras empresas de MMDS IDTH de contarem com esses sinais nas suas plataformas. Bom, é importante que a gente sinalize aí que essas diferenças elas têm uma origem nos marcos legais que são, como eu falei anteriormente, diferentes, que foram concebidos em momentos diferentes, e que tiveram motivações também diferentes. No caso da lei do cabo, somente fazendo uma pequena retrospectiva, a lei do cabo é uma lei, como eu falava, aprovada em janeiro de 1995, e que foi aprovada dentro do contexto da existência de uma grande empresa nacional de telecomunicações, que naquela oportunidade detinha todas as redes do sistema Telebrás, e também de uma empresa privada que gerava conteúdos de altíssima qualidade, o sistema Globo, que naquela oportunidade também tinha intenções de atuar como provedor de infra-estrutura no mercado de televisão a cabo. Então, a lei ela tem nos seus artigos uma série de provas materiais das preocupações que existiam e que estão dentro desse contexto que eu comentava anteriormente, e a lei ela de certa forma procura proteger o novo entrante e colocar algumas restrições pros detentores de infra-estrutura. E como eu disse anteriormente, nós estamos falando de 1995, e hoje nenhuma das duas situações que de certa forma influenciaram a lei do cabo estão mais presentes, o sistema Telebrás não existe mais, e o sistema Globo hoje tem uma participação como gerador importante efetivamente que é de conteúdo e não como um ator importante dentro da propriedade, dentro do negócio de propriedade de infra-estrutura. E o caso do MMDS e o caso do IDTH, dentro da lei geral de telecomunicações, não existem restrições com relação a bandeira do capital, nem com relação à atuação das empresas concessionárias, mas por outro lado não tem a garantia da veiculação desses conteúdos, e é importante que a gente diga que de todas as pesquisas que já foram feitas no País sobre o interesse dos usuários de dispor de serviço de televisão por assinatura, em todas essas pesquisas fica muito claro que o principal interesse dos consumidores é pelo sinal da televisão aberta, como sinal de altíssima qualidade. Bom, esse então é o contexto de situações, de desequilíbrios, e, nesse caso, esses desequilíbrios com características do marco legal, que vem contornando cada uma dessas tecnologias, definindo as ações de contorno de cada uma dessas tecnologias. No próximo *slide*, nós vamos dar uma olhada, pra ver o que aconteceu no mundo com relação a essas mesmas questões. E na bandeirinha de cima, que é a bandeira da União Européia, depois de muitas discussões que aconteceram no marco da União Européia, o que a União decidiu fazer foi unificar todo regime de licenças, né? Fazendo com que exista hoje praticamente uma licença para a prestação de todos os serviços, simplificando obviamente o processo de obtenção dessas licenças, mas mais importante do que isso, gerando, ou, pelo menos, possibilitando o tratamento isonômico a todos os tipos de infra-estrutura. No caso dos Estados Unidos, também o *Federal Communication Comitium* toma a decisão de aprovar alterações, ou pelo menos atuar pra que a legislação fosse alterada, e nós aí estamos falando do *Tele Communication* de 1996, de forma a facilitar a entrada das operadoras de telecomunicações no mercado. E aí agora também uma visão do mercado da América Latina, onde o próprio México, que a gente conhece bem as características do mercado mexicano, com grandes grupos que atuam tanto no mercado de telecomunicações, como no mercado de comunicações, mas recentemente uma autorização pra entrada imediata das empresas operadoras de cabos nos serviços locais, e as operadoras, obrigado, as operadoras de serviços de telecomunicações nos serviços de televisão a cabo, com a restrição de que se as redes de televisão a cabo ainda não estiverem preparadas para transitar com sinais bidirecionais, exista um pequeno período aí de dois anos, para que esse movimento se der em termo de evolução tecnológica, e caso isso não venha ocorrer, as empresas em telecomunicações então estariam liberadas para a oferta de todos os serviços, e aí, conseqüentemente, tendo a possibilidade de fazer uma oferta integrada. Bom, essas, esses mecanismos, de certa forma eles tão sintetizados aí nessa transparência. E essa transparência tem, abre também uma outra questão, que nós havíamos mencionando no início da nossa apresentação, que é a própria questão da inovação. E o que a gente nota hoje é que, e nós vamos falar um pouco mais detalhadamente sobre esse assunto, um pouco mais adiante. Os ciclos tecnológicos cada vez estão mais curtos, e além dos ciclostecnológicos tarem mais curtos, as mudanças tecnológicas estão sendo muito fortes, nós poderíamos aí citar uma grande quantidade de exemplos para materializar essa afirmação

Mudança de lado da fita

Antônio Carlos Valente – São em geral, em geral convivem mal com a falta de flexibilidade das regras, né? E esses países, ou esses grupos de países, como no caso da União Européia, que tomaram as medidas que foram apresentadas na lâmina anterior, estão trabalhando dentro de um conceito de que a inovação é fundamental pra sociedade, e a inovação sendo fundamental pra sociedade, é necessário gerar estas condições, pra que esse processo de inovação se desenvolva, e conseqüentemente a visão da neutralidade tecnológica é fundamental, conforme nós tínhamos destacado anteriormente. E essa neutralidade tecnológica, até pela própria dificuldade do regulador de estabelecer *a priori* equisante, regras pra cada um dos setores em áreas onde há mutação e o campo tecnológico é muito forte, gerando a idéia de que essa regulação

equisante, se existir, ela deve ser a mais leve possível. E dentro do conceito de que esse desenho fomenta o processo de inovação. Por outro lado, a utilização da infra-estrutura disponível, ainda que com investimentos adicionais, e a gente falava sobre a questão da aplicação de novas tecnologias, novos desenvolvimentos nos cabos multe-par, talvez seja a prova mais patente, mais evidente disso, sempre contribui para que a sociedade seja beneficiada através da maximização da infra-estrutura disponível. Bom, então agora vamos ver casos concretos de ação do processo regulador, do aparato regulador com relação à questão da inovação, e com relação à questão da flexibilidade. O primeiro exemplo que a gente traz é um exemplo clássico, um exemplo que hoje faz parte aí da literatura, que é o caso daveraison, que, de alguma maneira, foi beneficiado por todo esse conjunto de medidas promovidas pelo FCC, que altera a sua posição com relação à utilização de redes, especialmente as redes de fibras, que, como nós falávamos anteriormente, são as redes do futuro, né? Então, no momento em que deixa de existir a obrigação de que os investimentos feitos, até porque esses investimentos podem ser reaplicados, porque não existe, ou pelo menos não existe na mesma medida do passado a irreplicabilidade das redes, que eles são liberados, o processo de investimento se dá e com o processo de investimento se garante o processo da inovação. E aí os números que nós estamos falando são números conhecidos do projeto daveraison, aonde levar as fibras óticas pra cada um dos usuários na região da costa leste dos Estados Unidos, os números são realmente fabulosos, né? A gente tá falando aí do investimento da ordem de 18 bilhões de dólares, pra que até 2010 todas as residências da área de atuação daveraison estejam conectadas pelas redes de fibra ótica, permitindo dar um grande salto nas velocidades das redes de acesso, saindo daquele aspecto de unidade ou dezenas de *mega bits*, para uma outra realidade aonde a gente poderia trabalhar até em centenas de *mega bits*. Então, esse processo, que foi um processo conduzido pelo regulador americano, gera essa figura que tá aqui à direita, ou seja, menos regulação, mais flexibilidade, mais inovação, menos regulação, mais inovação, isso é um caso bastante conhecido, que é o caso daverasion, e como fruto da ação do regulador americano, no caso das redes de fibras óticas. O caso seguinte é exatamente ao contrário, é o caso da Alemanha, e as suas disputas com a União Européia. Existe na Europa, hoje, uma preocupação muito grande com a abertura do *gap* que existe entre a União Européia e os Estados Unidos com relação à inovação tecnológica, com relação à disponibilidade que a sociedade conta, pra ter acesso aos modernos mecanismos de acesso à sociedade da informação. E esse caso aí, é um caso bastante conhecido, que foi o caso que envolveu a Dot Telecom, o Regue TP, que é o regulador alemão, e a União Européia. A Dot Telecom fez também um projeto muito parecido com o projeto daveraison, que era um projeto em fase, onde, numa primeira fase, existia o investimento para a expansão, a implementação de uma rede de fibra e um conjunto de cidades alemãs, com um investimento necessário de ao redor de 500 milhões de euros, mas esse projeto ele se incluía num projeto de maior envergadura, que era um projeto muito similar ao projeto daveraison, que era exatamente de levar as fibras óticas pra todas as residências da Alemanha. Só que esse projeto ele acabou esbarrando nesse conflito, que surgiu entre o regulador alemão, o regue TP, que admitiu as condições apresentadas pela Dot Telecom e patrocinou essas visões junto à doutora Viviane Righ, que é a nossa comissária de sociedade da informação da União Européia, só que a nossa comissária não aceitou exatamente essas ponderações, e esse projeto acabou sendo um projeto paralisado ou pelo menos temporalmente paralisado, exatamente pela situação inversa que nós estamos observando aqui, ou seja, um nível de regulação maior, e aí a questão que tá em jogo é exatamente a mesma que nós falávamos no caso do mercado americano, a necessidade de abrir essas fibras óticas para outras aplicações, que não aquelas da Dot Telecom, e isso produzindo em função dessa incerteza gerada por uma idéia de que é necessário regular mais esse mercado, paralisando todo esse processo, e obviamente com prejuízos pra todo o mercado alemão, pra toda sociedade alemã. Então, essa figurinha, que é muito simplória, ela dá uma idéia muito clara de como inovação e excesso de regulação normalmente não caminham juntos. Muito bem, vamos passar pro terceiro ponto da nossa apresentação, que é a questão mais dos aspectos concorrenciais ligados ao processo de convergência. Aí, se nós formos analisar o próximo *slide*, nós aí temos uma lâmina que apresenta hoje as múltiplas aplicações, através de alguns *devis* que são utilizados como emblemáticos desse processo, de falta de nitidez entre os mercados, coisa que era bastante mais fácil de ser identificado ano passado, mas aí a gente tem aí a questão das redes fixas e móveis, os serviços fixos e móveis, e praticamente hoje em dia o mesmo aparato sendo utilizado pra duas finalidades, existe uma série de operadoras que já utilizam o conceito de tarifa fixa, de tarifa celular, dependendo de uma série de particularidades de uso, mas colocando esta diferenciação que havia no passado entre redes fixas e móveis, de que era tão claro e evidente, hoje com fronteiras que são muito mais difíceis de serem percebidas. O outro exemplo, que a gente poderia aqui também citar, aí um outro *devis*, pra exemplificar, que seria os PDAs de maior capacidade, onde fica muito difícil de identificar do quê que nós estamos falando em termos de redes móveis, serviços móveis, e serviços banda larga, acesso a Internet, quer dizer, hoje isso, que já foi também bem mais fácil de identificar ano passado, e sendo muito difícil de fazer hoje a identificação correta, né? E por último aqui a questão do pacote de televisão, banda larga e serviço fixo, que também já é disponível em muitos casos no País, né? Olha, tudo isso gerando a constatação de que a separação entre esses mercados, que era bastante simples, que era bastante simples de ser feita no passado, hoje não tem essa facilidade, não tem mais essa nitidez. Então, essas fronteiras hoje, elas cada vez tão mais difíceis de serem identificadas ou não existem, ou são dificilmente identificadas, caracterizando muito claramente a figura aí do que nós chamamos de sistemas de serviços convergentes, né? Muito bem, e aí, isso gerando então esse, essa nova concepção, né? Acho que se nós nos fixássemos em serviços de telefonia fixa, serviços móveis, serviços de banda larga ou serviço de televisão por assinatura, e aí sendo caracterizado já um novo mercado, que a gente poderia identificar como o mercado de pacotes. O mercado de pacotes que junta os serviços fixos, os serviços de banda larga, e os serviços de enxerimento por televisão por assinatura. E esse processo de convergência redefinindo então os mercados considerados relevantes até então, e criando-se a figura do mercado de pacote, que dentro do contexto que nós vivíamos até o dia de hoje poderia significar muita coisa, poderia significar DHL, poderia significar TNT, poderia significar logística, mas agora a gente tá falando em pacotes dentro do conceito de oferta combinada de produtos de telecomunicações. E aí uma formação extremamente interessante, que aparece aqui um pouco em segundo plano, é que o órgão regulador convergente, porque o órgão regulador inglês é o primeiro órgão de regulação convergente que existe no mundo, né? O Offcon, caso aí bastante interessante, onde o governo da Inglaterra no ano de 2004, o governo do Reino Unido resolveu unificar os cinco sistemas, os cinco órgãos reguladores que existiam, saindo do antigo offtel, emblemático offtel, pro hoje emblemático offcon, né? Que é o primeiro dos organismos reguladores convergentes do mundo, né? E nessa pesquisa, que foi conduzida por offcon, recentemente, ele já aponta, essa pesquisa já aponta o pacote como um fator de extrema importância para a escolha por parte dos consumidores, estando praticamente do mesmo nível de relevância do item preço, né? E um pouquinho abaixo do item velocidade, dando uma prova muito claramente do valor que os consumidores dão a este novo atributo, se é que a gente pode chamá-lo dessa maneira, que é a figura do empacotamento. Bom, no nosso mercado nós temos alguns dados bastante interessante, que de certa forma materializam também uma constatação que nós fizemos num dos *slides* iniciais, quando a gente falava sobre a tecnologia, mas não só isso, também pela questão da disponibilidade comercial do empacotamento. E esses dados eles podem ser rapidamente compreendidos por essa figura de gráfico que tem aqui, onde nas áreas de competição, nós temos aí, assim com muito respeito aos nossos competidores, aqui a menção é elogiosa, de forma nenhuma nós queremos, simplesmente pra dar nome e apelido, mas bastante respeito aqui aos nossos competidores,

a NET sai de uma situação em março de 2006, onde ela tinha uma participação menor do que a Telefônica, e num período de 12 meses ganha 14 pontos percentuais, e inverte a situação de *marketing* nas áreas aonde as duas empresas estão presentes. E obviamente, independentemente de qualquer ação meritória que exista na NET, certamente ela existe, e nós todos reconhecemos isso, ao fato de que a NET dispõe da possibilidade de ofertar pacotes triplo *play*, e nós não temos essa possibilidade, pelo menos não temos nesse momento, certamente contribuiu pra que uma alteração desse porte se desse em tão curto intervalo de tempo. E existe, sem dúvida alguma, um conjunto enorme de benefícios da convergência tecnológica sobre o aspecto concorrencial, né? Nós tentamos aí colocar quatro, talvez a gente tenha sido modesto nessa, nesse conjunto de impactos, mas o primeiro é a questão do processo de introdução de novos serviços, que tem a ver com a figura da inovação, que nós comentávamos anteriormente, acho que a competição é um processo precursor desse desenvolvimento, e eu acho que a sociedade acaba sendo extremamente beneficiada, né? A questão do desenvolvimento das redes, a questão do investimento, a capacidade benéfica do investimento, gerando emprego, gerando impostos, gerando uma possibilidade de novos empreendimentos, a questão da universalização do serviço, nós vamos ver com mais detalhe um pouco mais adiante essa questão da presença da competição ou ausência da competição e os seus impactos a nível da figura da universalização dos serviços, e, por último, a questão da própria competitividade da sociedade, a própria competitividade da economia, que ganha inegavelmente pelo repasse desses ganhos de eficiência. Mas vamos então nos focar no próximo *slide*, sobre a situação que efetivamente a gente tem aqui, também respeitosamente aos outros operadores, e às outras empresas, nós vamos utilizar o mercado de São Paulo, que é o mercado aonde nós temos mais elementos, mas isso fazemos também respeitosamente em relação aos outros estados do País, e também às outras operadoras. E, nesse *slide*, nós temos os 622 municípios do estado de São Paulo, e em verde nós temos as áreas onde, verde claro, né? Se a gente puder chamar isso de verde claro, as áreas aonde existe um operador de televisão por cabo. E as áreas aonde a gente poderia chamar de verde escuro, ou de marrom, estão muito concentradas na área metropolitana de São Paulo, onde nós temos mais de um operador de serviço de televisão por cabo. Então, o que a gente constata, e aí essa figura ela é muito clara pra que nós tenhamos possibilidade de concluir algumas informações sobre a atuação dessas empresas, que houve uma concentração muito grande de atuação dessas empresas nos mercados de maior atratividade comercial. Então, lá, 92% dos municípios do estado não têm um serviço de televisão a cabo, existe uma competição numa quantidade muito pequena de municípios, né? Que são aqueles municípios que tão lá mais próximos da região metropolitana de São Paulo, e sempre considerando aí a base do número de municípios, e, como eu disse anteriormente, o foco da atuação dessas empresas foram os segmentos de mais alta renda, e o que a gente vai observar, e nós vamos observar isso em outras lâminas um pouquinho mais adiante, que o fato dessas empresas não terem tido a possibilidade de chegar a outros mercados, certamente também tem contribuído pra que, através do estímulo do processo competitivo, nós tivéssemos ganhos que fossem repassados aos consumidores, mas, volto a dizer, essa foi uma opção das empresas, não foi nenhum tipo de restrição que tenha sido imposta a cada uma delas, essa foi uma opção de atuar em determinadas áreas geográficas, e em determinados mercados, opção que pode, possivelmente deve ser perfeitamente defensável, mas foi uma opção. Bom, o próximo *slide* nos leva a uma outra dimensão, que é a dimensão das penetrações dos serviços de televisão paga, com relação aos serviços de telefonia, e fazendo uma, ou pelo menos tentando fazer uma correlação com a renda dos diversos consumidores a nível médio em cinco países latino-americanos, onde nós podemos observar que, ainda que não exista muita diferença a nível dos níveis de penetração de telefonia, aí variando entre 60 e 84%, se a minha vista não me engana, essas diferenças são muito significativas no caso da televisão por assinatura, onde nós temos aí desde o caso da Argentina, ao redor de 54%, como o caso brasileiro, que situa ao redor de 8%. E se nós fizermos então uma conexão com o que nós estávamos apresentando na lâmina anterior, fica muito claro, de que nós imaginarmos que devemos continuar com esse tipo de situação certamente significa dizer que nós estaremos perenizando e eternizando algumas dificuldades pro consumidor brasileiro, pela inexistência de oferta de produtos e serviços. Bom, o próximo *slide* traz à discussão um outro tema, que tem a ver com a questão da opção das empresas com relação aos mercados de maior valor, que, como eu disse anteriormente, é perfeitamente justificável, entretanto, as empresas de telefonia têm um conjunto de obrigações contratuais estabelecidas dentro do marco legal da lei geral de telecomunicações que as coloca numa situação, que é uma situação um pouco mais difícil, ou pelo menos um pouco mais complexa. E esse gráfico que tá colocado aqui, ele é um gráfico que procura, de uma maneira muito simples, apresentar o perfil de crescimento dos usuários do serviço de telefonia, e uma linha que nós estamos colocando aqui como uma linha horizontal, que representaria o custo médio dos serviços. O que a gente nota é que existe uma quantidade de usuários que estão com receitas por cima da linha do custo dos serviços, e um conjunto de usuários que estão com as suas receitas por baixo da linha do custo de serviço. Bom, isso é o que a gente talvez pudesse chamar de subsídios internos, né? Quer dizer, o próprio, a própria diversidade que existe entre os diversos tipos de consumidores, os custos que são aproximadamente os mesmos, em termo de provimento do serviço, ou que varia muito pouco em função do tipo de tráfego que se tem, e gerando então parte da planta que tem receitas superiores aos custos médios, e uma outra parte inferior aos custos médios. Bom, o grande problema é que o modelo de universalização adotado no Brasil, ele se baseia, e como não poderia deixar de ser, que esse sistema é o sistema equilibrado, ou seja, pra que a gente chegue às populações mais carentes, pra que a gente chegue aos municípios que hoje não têm atendimento, especialmente se a gente considerar, talvez, a Amazônia, a gente tenha isso muito claramente na nossa cabeça, é necessário que esse processo seja equilibrado, sendo que nós certamente estaríamos necessitando de fonte de financiamento externas ao próprio sistema. Bom, esse foi o grande mérito do modelo brasileiro de telecomunicações, e esse mérito foi reconhecido a nível internacional, e ele é reconhecido em nível internacional, porque, hoje, todos os municípios brasileiros com mais de 100 habitantes têm telefonia pública, todos os municípios com mais de 300 habitantes têm telefonia individual, as solicitações feitas têm que ser atendidas no máximo num prazo de sete dias, tá? Ora, no momento em que nós começamos a ter um processo de competição extremamente forte, mas que se restringe a esta parte da curva, existe o risco não desprezível de que esse modelo se rompa, e, se ele se romper, certamente os grandes prejudicados por tudo isso será todo esse contingente de consumidores que foram infelizes, e são aqueles que têm menor capacidade de se defender, são aqueles que têm menor capacidade de gerarem opções como nós tivemos oportunidade de ver nos *slides* anteriores. Bom, por essa razão, é nosso entendimento que a entrada de uma empresa operadora de serviço de telecomunicações não deveria ser considerada, *a priori*, como prejudicial ao processo competitivo, e ainda que nós estejamos aqui utilizando avaliações de caráter qualitativo, e eu reconheço que estamos fazendo um conjunto de avaliações de caráter qualitativo, e eu acho que talvez não fosse o caso de fazer algo que fosse diferente disso nesse fórum, a gente entende que uma avaliação, ainda que detalhada e ultrapassando os limites de uma avaliação qualitativa, poderia conduzir ou deverá conduzir necessariamente a esse tipo de avaliação que nós estamos apresentando. E aí porque nós entendemos é que existe cada vez mais a necessidade de analisar as condições específicas de cada mercado relevante. Considerando a sua base geográfica, o seu tipo de serviço, a figura de empacotamento ou não, e isso em adição a todo, toda avaliação também das possíveis eficiências, e aí nós estamos falando em possíveis eficiências, porque, como nós estamos pleiteando algumas coisas, nós temos que falar em possíveis eficiências, talvez a gente nem tenha como comprovar no dia de hoje, e de ter uma empresa que tem efetivamente uma grande capacidade de levar a todos os pontos novos serviços através de uma infra-

estrutura, que tá devidamente distribuída em termos geográficos. Mas essa afirmação, e eu sempre digo que nós estamos fazendo avaliações de caráter qualitativo, ela pode ser melhor consubstanciada com alguns exemplos, e aí nós trazemos dois exemplos do mercado europeu, e trazemos dois exemplos do mercado europeu porque sabemos que a televisão paga se desenvolveu de uma forma muito lenta também na Europa, e se desenvolveu de uma forma muito lenta na Europa por todos os motivos que nós conhecemos, todas as cadeias estatais de radiodifusão que operaram na Europa durante décadas, uma abertura muito gradual e recente do mercado de bouduqueshe na Europa. Bom, é um mercado que tem características substancialmente diferentes do mercado americano, onde nós sabemos que quase 90% dos domicílios do mercado americano, hoje já são, e há muito tempo já são conectados às redes de televisão por assinatura. Ora, então, vamos pegar dois exemplos aqui bastante interessantes, que são o exemplo da França e o exemplo da Espanha também, onde, em passado recente, nós tivemos a entrada de um operador de telecomunicações importante; no caso da França, o maior operador de telecomunicações na França, e a França Telecom, que, como nós sabemos, além de ser um grande operador de telecomunicações, ainda tem, no seu código genético, a figura do estado. Todos nós nos lembramos no ano de 2002, quando a França Telecom ia muito mal, e o governo da França então resolve aumentar as tarifas pra que a França ou a França Telecom, o orgulho do país, continuasse existindo, provavelmente em condições de mercado ela já não estaria mais existindo como existia naquela época, mas se nós observarmos desde o ano de 2003, se eu não tô equivocado, até 2006, a entrada da França Telecom nesse mercado alterou muito pouco, ou quase nada, o mercado de televisão paga na França; possivelmente a França Telecom tenha hoje condições competitivas muito diferentes do que tinha no ano de 2002, mas não se constitui num ator, num agente que teve a capacidade de excluir atores ou de mudar substancialmente as condições do mercado, mas possivelmente passou a se constituir num operador que tinha, dentro do seu portfólio de serviços, a possibilidade de ter ofertas integradas, pacotes, e também começar a pensar dentro do que será o cenário do telecomunicações do futuro, onde certamente os equipamentos terminais vão ser muito mais importantes do que foram no passado, ou seja, adquirir a experiência necessária para ser um dos sobreviventes do futuro mercado de telecomunicações da Europa. No caso da lâmina seguinte, que fala do mercado da Espanha, a gente conclui da mesma maneira, quer dizer, entre os anos de 2005 e 2006, e aí a gente tá falando do lançamento do Imagenium. O que é o Imagenium? Pra aqueles menos familiarizados, o Imagenium foi a solução desenvolvida pelo grupo telefônico de, utilizando as redes de cabos multe par, apresentar uma solução que é toda baseada no protocolo IP para televisão. Então, o Imagenium é uma das primeiras aplicações maciças, que existe a nível mundial de IPTV. E essa aplicação, ainda que extremamente inovadora, ela não conseguiu, até o momento, capturar mais do que 11% de marketingher. E, da mesma maneira que no caso da França, não produziu nenhuma crise, não levou à exclusão de nenhum ator, não contribuiu para nenhum tipo de desbalanceamento do mercado. Bom, então acho que é uma constatação extremamente importante, é que fica um pouco difícil, né? De nós justificarmos a tese de que o tamanho de um grupo empresarial significa necessariamente que vão ocorrer práticas anticompetitivas, acho que, *a priori*, é muito difícil de nós conseguirmos esse tipo de conclusão, pelo menos nos casos dos exemplos que nós estamos aí analisando, né? E obviamente, em todos os mercados, e no Brasil não é exceção, essas empresas elas são empresas que têm um nível de fiscalização, um nível de controle, um nível de observação por parte, não só dos agentes do estado, mas também como parte da sociedade, muito intenso. Bom, vamos agora então dar uma olhadinha nas possibilidades que nós temos a nível de infraestrutura, e quem dispõe de cada uma dessas facilidades de infra-estrutura. E aqui não estamos desejando não identificar esses grupos, apenas aqui o grupo um é o grupo Telemar

Troca de fita

Antônio Carlos Valente – E aqui estamos nós do grupo Telefônica. Bom, se nós analisarmos a nível de par metálico, ainda que o grupo Embratel, e considerado como conglomerado, Embratel NET, tenha efetivamente uma grande quantidade de par de metálicos, que são utilizados para acesso a usuários, essa não é uma aplicação que a gente entende ser significativa, e por isso a gente coloca nesse quadrinho aqui, que esse grupo não dispõe dessa tecnologia, muito embora na realidade disponha, pra ele, não em volume tão significativo como poderia justificar a inclusão nesse quadro. As tecnologias wales locallupe são tecnologias que estão disponíveis pra todos os grupos, né? E aí a gente tá falando em wales locallupe com a possibilidade de tecnologia sem fio, para atendimento da rede fixa, né? Nós temos essas tecnologias, todos os outros grupos têm, mas a Embratel tem efetivamente como sucessora da Vésper, que tinha como principal ativa o aspecto de frequência na faixa de 1900 *mega herts*, ela efetivamente tem um volume muito significativo de aplicações *wales locallupe*, muito embora, como nós tenhamos assinalado aqui, nós também façamos uso desse tipo de tecnologia, porém, em situações muito mais limitadas, mas temos todos o mesmo tipo de tecnologia. Cabos coaxiais, que, como nós colocamos anteriormente, é, vamos dizer assim, hoje, no momento presente, a grande rede para banda larga, porque foi concebida para banda larga desde o momento dos sistemas analógicos, quando nós tínhamos necessidade de levar 80, 90 canais analógicos num meio físico, somente o grupo NET Telmex tem essa disponibilidade. Fibras óticas praticamente todos nós temos, sendo que os grupos que atuam em telefonia local, atuam fortemente no mercado de fibras óticas, nas redes de transportes, ou seja, nas conexões entre as centrais telefônicas, nas conexões interestaduais, e pouco comparativamente ao grupo Embratel NET, na rede de acesso, essa necessidade de colocar essa rede de acesso em fibras óticas, ela se caracterizou ao longo do tempo, como nós sabemos, porque a Embratel sempre foi a operadora dominante no mercado de dados, e, pro mercado de dados, historicamente as fibras óticas sempre foram muito importantes em função da velocidade exigida pros usuários. A nível de banda de dois e meio *Giga* GHz, nós estamos colocando aqui que nós não temos essas frequências, o que certamente vai ser alterado, caso o regulador brasileiro, Anatel, aprove a aquisição dos ativos de MMDS, da PVA, o que significará que nós teremos algumas cidades brasileiras com a frequência de dois e meio *Giga* GHz, coisa que hoje nós não temos. E aqui na banda de três e meio *Giga* GHz, a Brasil Telecom, com a aquisição que fez doravante, também tem frequências, nós e a Telemar não temos, inclusive entendemos que essa deveria ser uma extensão possível. A nível de CIA, todos os grupos têm, e a nível de satélite temos aqui o grupo Telmex, também com todo o acervo da Estaluan, que era a empresa que operava os satélites da Embratel, e que opera os satélites da Embratel; temos até uma notícia hoje nos jornais que o grupo Telmex tá comprando, ou pelo menos tá fazendo uma oferta pra comprar as redes Satmex, dos satélites mexicanos, e aí certamente vão ter uma importância muito grande no mercado satelital em toda a América Latina, e o grupo Telemar, que tem uma participação no satélite Amazonas, que é o grupo Espamar. Nós não temos participação no mercado satelital, e o grupo Brasil Telecom também não tem. Então, a conclusão que nós poderíamos tirar desse quadro é que, se nós tivermos disponibilidade e se pudermos fazer as opções tecnológicas mais adequadas, certamente teremos todos possibilidade de ofertar de maneira otimizada aos nossos clientes as melhores soluções tecnológicas em função das vocações de cada um dos grupos, e das opções técnicas e comerciais que cada um dos grupos tiverem a possibilidade de fazer, e não por caráter de restrição legal ou regulamentar. Bom, vamos falar um pouquinho agora sobre a questão dos conteúdos, e aí eu perguntaria ao Conselheiro se eu tô muito afastado do tempo, que a gente pode acelerar.

Prado – Acho que tá um pouco afastado, como tá bastante abrangente sua exposição, eu lhe diria se for possível

terminar em mais dez minutos.

Antônio Carlos Valente – Vamos fazer um esforço de reportagem aqui, estamos quase chegando ao final. Bom, a questão da diversidade de conteúdos, obrigado Conselheiro. O Estado deve promover essa diversidade de conteúdos, né? Os marcos legais no caso de radiodifusão, como já foi comentado, tem um conjunto muito específico de regras pra garantir esse conteúdo de, a veiculação de conteúdos produzidos no Brasil, né? E o Brasil certamente é uma referência a nível mundial no caso do setor de radiodifusão. Bom, no caso do, do caso de televisão por assinatura, há uma maior especialização nesses conteúdos, mas da mesma maneira, pelo menos no caso do, cabe, existem algumas regras que também garantem essa diversidade de conteúdos, pelo menos no caso do conteúdo nacional. Bom, o caso da Internet, todos nós conhecemos, é uma quantidade imensa de conteúdos, falta total de qualquer tipo de regra, o que fez com que a Internet se desenvolvesse fortemente ao longo do tempo, e, no caso dos outros serviços, especialmente aqueles que utilizam as redes móveis e satelitais, passam a ser opções extremamente importantes na medida em que esses avanços tecnológicos permitam, juntamente com outras modificações de caráter legal e regulatório, que essas plataformas venham ser veiculadores de conteúdo, e aí o que o comentário a ser feito é que esse ambiente produzido, promovido pelo estado deve ser aquele que seja o mais favorável pra que esse desenvolvimento de conteúdo se der, né? Bom, pro próximo *slide*, quando a gente fala então dessa possibilidade de utilizar essas plataformas para distribuição de conteúdo, a gente volta àquela velha figura ali, né? Que nós tínhamos falado em termo de penetração, e aí agora nós estamos falando aí em termos de números de usuários. E aqui nós temos as redes de telefonia com aproximadamente 35 milhões e meio de usuários, as redes de telefonia móvel com pouco mais de 100 milhões, nos números atuais, esses números são números de final de 2006. E avaliação comparativa com as redes de televisão por assinatura, que nós temos uma quantidade muito pequena de usuários, e, conseqüentemente, se nós tivermos pensando sobre a ótica da dimensão de distribuição de conteúdo, o fato de nós utilizarmos plataformas diferentes das redes de televisão por assinatura isoladamente, certamente nós teremos uma contribuição para o fato de que essas redes contribuirão decisivamente para que esses conteúdos cheguem cada vez mais ao número maior de brasileiros. Bom, estamos chegando então já ao final da nossa apresentação, e pagando uma dívida que eu tinha assumido quando apresentava aquele mesmo mapa do estado de São Paulo, que estava em verde claro e verde escuro, ou verde claro e marrom, nós estamos aí então com a cobertura de banda larga no estado de São Paulo, e, mais uma vez, não querendo desprezar nenhum dos outros estados brasileiros. E nós temos, dos nossos 622 municípios, a cobertura de banda larga em 381 deles no dia de hoje. E aí a gente pode observar que, visualmente, os dois mapas parecem ser substancialmente diferentes: um parece ser preto e branco, o outro parece ser a cores. E quando nós falamos em termo de população, esses números eles tomam uma dimensão ainda maior, porque esses 381 municípios são responsáveis por mais de 90% da população do estado de São Paulo. E se nós imaginarmos que seria muito bom que nós tivéssemos também a participação de outros operadores nesse mercado, nós podemos ter uma visão completa, e uma visão muito mais abrangente sobre o que poderia ser a universalização dos serviços caso todas essas situações tivessem observadas, né? E aí o caso, que acho que é importante destacar, né? É que esse caso que é o da banda larga comprova que, se existirem novos serviços, certamente as operadoras vão fazer os investimentos necessários, esses investimentos vão gerar novas demandas, essas demandas gerarão novos projetos e tudo isso criando aí um círculo muito positivo de aplicação de recursos, e de benefícios da sociedade. Pra finalizar, vamos falar um pouquinho, são duas lâminas apenas, sobre mudanças institucionais. E nós acreditamos que alguns ajustes devem ser feitos no marco legal regulatório, no sentido de adaptá-los mais fortemente ao processo da convergência. Por um lado eu, baseado em princípios que servem para envolver a diversificação e a ampliação de serviços, mas fundamentalmente a inovação, devemos ter aí um estímulo muito forte a esse desenvolvimento, e a competição nesse novo mercado convergente, e esse desenvolvimento a competição, fazendo com que um grande fluxo positivo de investimento venha a ocorrer. A nossa proposta é que nós tenhamos situações legais e regulatórias, que sejam absolutamente equilibradas, onde direitos e obrigações de todos os prestadores estejam mais relacionados com a similaridade dos serviços do que com outras considerações. E não devem de maneira nenhuma estar baseada nas tecnologias que tão sendo utilizadas na bandeira do capital, ou no estágio de desenvolvimento das redes. Essa é a nossa proposta, de que esse modelo, que eu acredito venha ser reavaliado a nível de setor de comunicações e setor de telecomunicações, nos próximos meses, que ele devia ser, devia ser conduzido ou devia considerar fortemente a possibilidade de ter um marco legal regulatório que fosse mais leve, que fosse mais flexível, e que com isso gerasse efetivamente um grande incentivo à inovação, e com a inovação a possibilidade de que o Brasil chegasse aos níveis desejados de desenvolvimento. Por último, aí uma série de tópicos que nós fomos apresentando ao longo de toda nossa apresentação, né? Que é a questão da oferta, da convergência tecnológica sendo uma realidade, com a possibilidade da oferta desses diversos serviços integrados, e a grande beneficiária de todo esse processo sendo a sociedade. A ação do estado como promotor da inovação, e incentivando, através dos mecanismos adequados, investimento e desenvolvimento do ambiente que seja competitivo e saudável. Essa dinâmica competitiva do mercado de pacotes, hoje, no momento, no nosso entendimento, muito desbalanceado, nós nos sentimos bastante prejudicados por todos esses mecanismos que existem, já que, como novo *play*, o nosso entendimento é que nós deveríamos ter a possibilidade de errar, e quem sabe de acertar, de ofertar também coisas boas pra sociedade. Essa modernização de infra-estrutura, que hoje tá instalada, acho que é algo que todos os países do mundo também tão desenvolvendo, acho que nós, no Brasil, que, pelas características da nossa economia, mais do que nunca deveríamos também utilizar. E esse ponto final, não antes de falar sobre a questão da necessidade de, com novos canais de distribuição, a contribuir também pra que exista a pluralidade, e o maior tipo de conteúdos disponíveis pra sociedade brasileira, e, por último, acho que a mensagem central da nossa apresentação, que é que o processo de inovação, ele convive mal com a falta de flexibilidade das regras, e o futuro é que vem, certamente, é um futuro onde esse processo de inovação vai ser o diferencial de todas as sociedades, e a gente entende que a sociedade brasileira não deve ficar excluída desse processo, por isso a gente chama atenção pra essa reflexão de que, através de um processo de inovação, a gente consiga alcançar os benefícios que a sociedade brasileira tanto deseja. Eu peço desculpa ao Conselheiro Prado, acho que não consumi os 10 minutos adicionais que me foram concedidos, me coloco à disposição pra qualquer pergunta aqui.

Prado – Obrigado, doutor Valente. Vamos começar, usando o privilégio de tá coordenando essa seção, pra iniciar esses debates, fazendo duas perguntas. Eu tenho ouvido, de forma recorrente, que uma das questões, os desafios que se colocam nesse processo de convergência, e que seria eventualmente um fator de preocupação, diferença do porte das empresas de telefonia, e aquelas empresas de radiodifusão, e que eventualmente é por uma diferença de porte em termos de faturamento. E que eventualmente o movimento das empresas do setor de telecomunicações em direção à área de radiodifusão, principalmente conteúdos, eu poderia, eventualmente, alterar o equilíbrio desse mercado. E a outra questão, gostaria de ouvir sua opinião, sobre essa visão, a segunda questão que tá um pouco ligada, é uma pergunta, até que ponto a base já instalada de telefonia fixa permitiria abrir espaço dada a tecnologia hoje existente, pra ampliar em período relativamente curto a oferta de serviços por assinatura via cabo, a tecnologia hoje disponível com cobre conseguiria transmitir TV por assinatura a um

custo e condições técnicas competitivas, e caso isso fosse, que tipo de investimento seria necessário?

Antônio Carlos Valente – Bom, em relação à primeira pergunta, falar em faturamento de empresas do setor de telecomunicações, e empresas do setor de comunicações, é dizer que as duas empresas tenham as duas famílias de empresas têm faturamento substancialmente diferente, é assim no mundo todo, e isso tá certamente associado ao nível de investimento que cada uma dessas famílias de empresas fazem, que também são substancialmente diferentes, né? As empresas de telecomunicações no mundo são empresas que fazem investimentos gigantescos, né? As redes de telecomunicações no mundo têm como característica exatamente essa, as receitas são elevadas em função do nível de investimento que foi feito em todas essas redes, e que, em função do nível de modernização e atualização que elas exigem, necessitam de investimentos anuais elevadíssimos. O caso do setor de comunicações, isso não é nenhum demérito pro setor de comunicações, é simplesmente uma característica do setor, é um setor que não é capital intensivo no nível de um setor, como é o caso de telecomunicações ou como são outros setores ligados ao setor de infra-estrutura. Então, acho que não poderíamos estar comparando uma coisa com a outra, já que são dois setores completamente diferentes. Por outro lado, provavelmente a própria dinâmica do mercado de comunicações, com a produção de conteúdos exigindo toda uma velocidade, é completamente diferente também da dinâmica do setor de telecomunicações, né? E nós podemos falar, nesse caso, com algum conhecimento de causa, porque o grupo Telefônica atuou no passado no mercado de conteúdos, e nós recentemente vendemos uma grande produtora de conteúdos no mercado internacional, que foi a Indemon, produtora idealizadora de programas muito conhecidos no mundo, que no mercado brasileiro tem o nome aí de Big Brother. E claramente nós chegamos à conclusão de que essa não era a nossa, a nossa área de atuação. E não estamos falando por achar, nós estamos falando por ter feito a experiência e termos adquirido uma grande produtora de conteúdos, uma empresa holandesa nos anos 2000 e 2001, depois ter chegado à conclusão de que efetivamente nós não tínhamos *expertises* necessários, o conhecimento necessário pra tocar um negócio desse tipo. Como eu falei ontem brincando no Senado, acho que a gente tem que se especializar nos nossos negócios, tem gente que faz pizza bem, tem gente que distribui pizza bem, nós não sabemos fazer pizza bem, né? Bom, o segundo ponto que foi comentado aqui, é com relação à questão da capilaridade das redes telefônicas, investimentos adicionais e a possibilidade que essas redes venham a ser utilizadas no futuro, pra serviço de televisão por assinatura. E o que eu posso dizer pra todos aqui, é que nós temos uma experiência bastante interessante, que eu cheguei a comentar aqui na exposição, que é a experiência do Imagenium, onde nós acreditamos que o IPTV vai ser uma solução competitiva dentro de futuro próximo. E aí porque que vai ser uma solução competitiva? Vai ser uma solução competitiva porque, como todos nós sabemos, o nosso mercado é um mercado de massa, e onde *modems*, aparatos, celulares, têm diferenças muito significativas de valor, em função dessa produção ser de milhares ou de milhões, mas nós estamos adquirindo uma experiência muito importante no mercado espanhol, com o Imagenium, e nós acreditamos que essa infra-estrutura vai ser uma infra-estrutura importante para o futuro. No caso do Brasil, nós estamos fazendo alguma experiência de campo, a nível simplesmente técnico, estamos fazendo essas experiências de campo, porque as redes brasileiras elas são bastante diferentes das redes européias, né? As redes européias, elas são caracterizadas por uma distância relativamente pequena dos pares, né? Em média, tão na ordem de um quilômetro e meio a dois quilômetros, como característica das próprias cidades européias. E as nossas redes, elas se aproximam mais das redes americanas, né? Que tem uma distância muito média, muito mais elevada à ordem de quatro, cinco quilômetros, com o agravante em relação às empresas americanas, as redes americanas, porque, como no Brasil e na América Latina, o roubo de cabos é uma prática infelizmente muito freqüente, essas redes, cada vez que roubadas, elas geram pontos novos de conexão, pontos novos de emendas. E essas emendas, como nós sabemos, são pontos defensor, são ofensores a todo o sistema de banda larga, porque introduzem pontos de atenuação adicionais. Então, respondendo à maneira bem objetiva, nós acreditamos que, ainda que de forma complementar, não vamos achar que a rede de cabo de cobre vai ser a única rede pra televisão, acho que não é essa a idéia, mas eu acho que vai ter uma importância muito grande pela sua capilaridade como solução de entretenimento, de formação, pra uma grande quantidade de pessoas.

Prado – Obrigado. Conselheiro Forquim.

Conselheiro Forquim – Essas reuniões sobre convergências tecnológicas, em geral nos levam à conclusão de que é possível uma concorrência entre plataformas. A minha pergunta vai pra um outro tipo de concorrência, e do ponto de vista estritamente tecnológico, as mesmas inovações que permitem a convergência, elas permitem uma capacidade maior em cada plataforma também, algumas eram monopólio natural, passam a permitir dois, três *plays* por plataforma. Do ponto de vista estritamente tecnológico, em todas as plataformas existem possibilidades de uma concorrência intraplataforma? Nos vários tipos de plataforma?

Antônio Carlos Valente – Não sei se eu entendi corretamente a sua pergunta, quando se fala a concorrência intraplataforma, nós estamos falando em...

Homem não identificado – Por exemplo, dentro do MMDS, em que, se não me engano, uma única concessão pra uma determinada região, se o avanço tecnológico faz com que o MMDS permita o compartilhamento de dois ou três *plays*, dentro da plataforma.

Antônio Carlos Valente – Bom, Conselheiro, o caso do MMDS é um caso muito interessante, porque cada canal analógico de televisão, ele exigia seis *mega Hertz*, e o MMDS ele foi montado pra oferecer 31 canais analógicos de televisão. Então, ele dispunha de 186 *mega Hertz* para oferta de canais de televisão. Bom, como ao longo do tempo era necessário também o retorno de informações por parte do usuário para o ponto de distribuição de sinais, foram adicionados mais 12 *mega Hertz* aos 186 *mega Hertz* originais, e o espectro alocado para MMDS totaliza 198 *mega Hertz*, na faixa de dois e meio *Giga Hertz*, que é uma faixa ainda que não é mais nova de todas, porque tem algumas dificuldades de propagação, mas é uma faixa, diria, muito boa. Ainda no mundo analógico, o regulador tomou a decisão de dividir o espectro de MMDS, e isso aconteceu numa série de localidades brasileiras, em dois operadores, um com 15 *mega Hertz*, um com 15 canais de televisão, e outro com 16 canais de televisão, e os canais de retorno igualmente distribuídos, seis pra um, seis pra outro. E isso por conta de que, em muitas localidades brasileiras, conforme a gente apresentou aqui, não existiam redes de televisão por cabo. Então, a televisão por assinatura, via MMDS, era a única opção ao ofertar pro público usuário. Esse sistema funcionou bem durante algum tempo, e o grande problema do MMDS, é que, com 31 canais analógicos, você não consegue competir com nenhuma operadora de televisão por cabo, que tem 60, 70, praticamente impossível. E esse tipo de situação gerou a situação que as empresas de hoje MMDS estão no Brasil. Uma grande dificuldade de avançar na prestação do serviço, considerando que o cabo tem muitíssimo mais capacidade. No momento em que o espectro é digitalizado, e essa digitalização do espectro acontece agora recentemente, e as primeiras digitalizações tão acontecendo agora neste momento, os 198 *mega Hertz* para os operadores das grandes capitais, que tinham todo esse espectro pra competir com as operadoras de cabo, e aqueles que têm o espectro fracionado no caso das localidades aonde não existiam outras prestadoras de serviço,

passam a ter uma possibilidade muito grande, porque, só pra que o Conselheiro tenha uma idéia, hoje, pra que a gente tenha a oferta de 80 canais, 75 canais, são necessários 60 *mega Hertz*, algo assim. Aquele espectro original de 198, cento, algo como 60, 65 *mega Hertz* permitem uma atuação competitiva da plataforma de MMDS, com muito menos espectro, em função da digitalização do espectro e todos benefícios que essa digitalização promove. Dentro desse contexto, a locação desse espectro certamente está sendo observada pelo regulador brasileiro, que já reavaliou de como fazer a locação desse bem extremamente importante, ilimitado, que é o espectro rádio elétrico. Para o serviço de televisão por assinatura, você poderia ter uma alocação para operadores distintos de parte desse espectro, uma vez que você tenha esses 60 canais atribuídos a um operador, aí essa plataforma teria que tá endereçada um por um para o operador. A outra aplicação, que surge como fruto dessa eficiência espectral conseguida pelo processo de digitalização, é que esse espectro que deixa de ter aplicação pra serviço de televisão por assinatura, passam a se constituir uma plataforma importante para a disseminação da banda larga. E aí, com outras licenças, mas especificamente a licença do serviço de comunicação multimídia, poder-se-ia oferecer também serviço de banda larga...

Mudança de lado da fita

Antônio Carlos Valente – Segmentos de espectro, é muito complicado você fazer uma utilização dentro do próprio espectro de operadores múltiplos, não é, sim, da possibilidade de alocar faixas de espectro para operadores que sejam distintos.

Mulher não identificada – Ainda em relação à concorrência entre plataformas, há uma, o senhor tava dizendo, do ponto de vista regulatório barra concorrencial, quer dizer, o aspecto concorrencial da regulação, seria interessante ter o mínimo possível de regulação, maior flexibilidade possível pra explorar da melhor forma possível uma flexibilidade tecnológica que não se tinha anteriormente. E que isso, em outros países, já levou a um crescimento do investimento, e o vice-versa também observado. Então, aparentemente, você teria uma regulação mínima, vamos dizer assim, e a concorrência se daria por plataformas dentro de modelos de negócios de oferta de pacotes. Então, a minha pergunta vai no seguinte sentido, como é que eu garanto concorrência entre plataformas? Qual a tendência das empresas entrarem em várias plataformas? E talvez a possibilidade de dificultar a entrada de novos concorrentes, eu sei que o senhor trouxe um quadro aqui dos concorrentes atuais, como é que eles estão operando no Brasil, mas o fato é, como será o investimento em diferentes plataformas? E como é que se preserva então a concorrência entre plataformas? Com uma regra muito mínima de regulação.

Antônio Carlos Valente – Eu queria só adicionar ao fato de que essa regulação, ela deve ser mais flexível, mais leve pro futuro, exatamente pra desenvolver a figura do processo de inovação. Eu queria também adicionar que hoje, e aí eu me sinto até responsável por isso, pela minha história, eu acho que a gente tem uma preocupação muito grande com os serviços que estão em processo de redução gradativa, como é o caso da telefonia fixa, hoje não se trata simplesmente de tornar com que a legislação do futuro seja mais flexível, mas a legislação também sobre serviços atuais, e que tão, dia-a-dia, em processo de redução, também deveria ser um pouco mais leve, com o objetivo de que essas empresas tivessem mais liberdade pra locação de investimento, pra aplicações futuras. O caso das regras de qualidade, que existe sobre o sistema de telefonia fixa. E aí, fazendo um pequeno parêntese, não vou nem falar do mercado brasileiro, porque o mercado brasileiro os números são, acho que conhecidos, mas a Dot Telecom, que é uma grande empresa, é uma das maiores empresas do mundo, há duas semanas atrás anunciou os resultados do ano de 2006. E, no ano de 2006, ela teve uma redução de base de clientes telefonia fixa de 6% num único ano, num único ano na Alemanha. Então, quando a gente ver toda a quantidade de regulamento de normas e regras, sobre esses mercados, que estão sendo substituídos por outros produtos, e a inexistência de regras flexíveis por tudo, realmente a gente fica um pouco preocupada, mas indo à questão como garantir que o estado e a sociedade tenha os mecanismos necessários, pra que as plataformas elas não sejam objeto de monopolização pra nenhum grupo econômico, eu queria fazer duas observações: cada vez mais a figura, que o Conselheiro Foquim colocou aqui, do monopólio natural, ela deixa de tá presente no setor de telecomunicações, ela foi verdade durante muito e muitos anos, quer dizer, eu ia até trazer uma fotografia pra compartilhar com vocês, de algo que é bastante emblemático nessa direção, que é um antigo cabo, que nós colocamos nas redes aéreas, que é um cabo de 200 pares, que é um cabo bastante utilizado em todas as redes telefônicas de todo mundo. Esse cabo de 200 pares, ele deve ter um diâmetro externo de 3 centímetros aproximadamente, nesses mesmos 3 centímetros de diâmetro externo, hoje em dia possivelmente a gente colocaria quatro cabos de fibras óticas, e quatro cabos de fibras óticas com uma capacidade de, sei lá, milhão de vezes maior do que o cabo de 200 pares. Com todas as restrições que ainda temos de disponibilidade de espaço nesses pontos de infra-estrutura da rede elétrica, a própria evolução dessas redes fará com que cada vez menos a figura da irremplicabilidade, e aí que conduzia de alguma maneira a questão do monopólio natural esteja presente. É verdade que, sobre a ótica da gestão do espectro e o uso do espectro, isso vai continuar existindo, porém, com aquela característica que eu mencionava anteriormente, cada vez mais o processo de eficiência espectral acontecendo como fruto da evolução tecnológica, como fruto da digitalização, como fruto das novas tecnologias, o maior exemplo que a gente pode dar é o caso do serviço móvel celular, quando nós começamos a usar o serviço móvel celular no Brasil, numa base analógica, as redes, muito bem planejadas, muito bem implementadas, poderiam ter 700 mil usuários, uma cidade como São Paulo. Hoje, a cidade de São Paulo deve ter, só de um operador, deve ter 6 milhões de usuários, em função disso, em função da melhoria das condições de uso do espectro. Mas, ainda assim, ainda que essa melhoria se der, é verdade que existem algumas limitações, e elas têm que ser obviamente observadas e controladas por um período curto, pra evitar que esse tipo de controle esteja nas mãos, com relação às plataformas, aí é uma decisão de caráter mais empresarial, como eu comentei aqui num determinado momento, se for permitido ao grupo telefônico fazer investimentos em algumas redes, que hoje nós não temos por condições legais e regulatórias capacidade de fazer, nós faremos, como certamente os outros grupos também farão. E o que tem que ficar muito, acho que muito bem assentado aqui nessa discussão é que, felizmente, ou infelizmente, dependendo da ótica aqui que se analise, esse negócio de telecomunicações é um negócio pra operadores grandes, porque a necessidade de capital é muito grande, o círculo tecnológico cada vez é mais curto, e, desejando ou não desejando, é necessário que os grupos tenham saúde, e que tenham musculatura, e que tenham dimensão. E se nós imaginarmos que esses grupos são os grupos que de alguma maneira estão atuando, poderia mostrar pra vocês aqui um do meu *kit* de sobrevivência, a situação dos Estados Unidos; nós saímos daquela situação de monopólio do sistema Abel, em 84, passamos pelo diverso, passamos por uma quantidade de empresas operadoras, o que a gente tem hoje de volta? Hoje a gente tem três empresas grandes no mercado americano. Uma que andou pra lá e pra cá, hoje é a maior empresa de telecomunicações do mundo de novo, com todas as preocupações que nós sabemos e vocês conhecem melhor do que eu, que existe no mercado americano, com todas preocupações concorrenciais, por quê? Porque o mercado tem algumas características que levam e conduz a isso. Então, doutora, eu acho que há mecanismo pra que esse controle seja feito, a nível do espectro certamente o Estado tem que ser muito cauteloso na alocação do espectro, agora, em termos de redes físicas, é uma função de investimento, disposição, musculatura e a confiança em fazer ou não investimento, eu acho que as plataformas elas certamente não serão monopólio

de ninguém, porque elas podem ser perfeitamente replicadas.

Homem não identificado – Tenho duas perguntas: a primeira é como a recente operação da Telefônica que envolve a Telecom Itália, que possivelmente implicará uma grande concentração econômica no Brasil, poderá ou não afetar o desenvolvimento da convergência tecnológica no Brasil? E a segunda é qual o papel que o conteúdo tem nesse processo de desenvolvimento da convergência tecnológica. A gente ouviu o seu exemplo do desinteresse demonstrado pela Telefônica ao vender a empresa holandesa, mas, no Brasil, nós temos um contra-exemplo, que é aquisição da TVA, que nos foi justificada também pelo interesse em ter acesso ao conteúdo, né? Então, eu queria entender um pouco isso melhor, porque esse é um aspecto que sempre nós procuramos levar em conta nas análises das concentrações desses segmentos.

Antônio Carlos Valente – Bom, muito obrigado pelas duas perguntas, todas as duas estão aqui no meu *kit* de sobrevivência. Bom, com relação à questão da Telecom Itália, ainda que eu não seja a pessoa adequada pra falar sobre a Telecom Itália, eu vou aqui falar mais sobre a operação que envolveu o grupo Telefônica, né? Nós temos hoje grande cinco mercados, que são extremamente importantes na Europa, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Espanha. Esses são os cinco grandes mercados europeus. O grupo Telefônica tá na Alemanha, nós temos uma operação extremamente importante em função da aquisição que foi feita da O2, e nós temos uma, realmente uma atuação importante na Alemanha. Como fruto também da O2, nós temos lá uma operação extremamente importante no Reino Unido. Bom, a Espanha é o nosso mercado de origem, onde também temos uma participação muito importante; nós não tínhamos nenhuma participação no mercado italiano, e não tínhamos nenhuma participação no mercado francês. A participação da Telefônica na Telecom Itália tem como objetivo exatamente reduzir esse número de mercado aonde nós não estamos presentes no Continente Europeu, fazendo, dos cinco grandes mercados, que nós de alguma maneira estejamos estrategicamente dispostos em quatro deles. É verdade também que a Telecom Itália tem uma operação, muito embora não muito importante na França, mas a França continua sendo o mercado que a Telefônica ainda não conseguiu ter uma solução adequada, ou seja, o foco desta operação é o mercado europeu, que caminha pra um processo de consolidação com uma velocidade diferente do mercado americano, é verdade, mas que também inevitavelmente vai passar por um processo de consolidação. E nós entendemos que a entrada da Telefônica no mercado italiano contribui pra que a Telefônica possa almejar ser num, ser no futuro uma das empresas sobreviventes no mercado europeu. Bom, e o mercado brasileiro? O mercado brasileiro é um mercado extremamente importante, mas nós, desde o princípio, tomamos a decisão, e não foi uma solicitação de nenhum organismo regulador, foi uma decisão do grupo Telefônico, de que nas operações onde a Telefônica e a Telecom Itália tenham algum tipo de presença simultânea, nós não atuaremos de nenhuma maneira, significa dizer que, nas reuniões onde os temas relacionados à América do Sul, mais especificamente a Brasil e Argentina, venham a ser tratados, os nossos representantes eles não participam das reuniões, não fazem parte do processo decisório. E esses documentos que constata, que confirmam toda essa posição nossa de início de negociação, são documentos públicos que foram colocados dentro do nosso acordo de acionistas, e que se encontram hoje nas mãos dos reguladores de mercado de valores da Itália, dos reguladores de mercado de valores da Espanha, e que, como são de conhecimento público, no momento em que observem algum descumprimento das regras que foram estabelecidas dentro desses acordos de acionistas, certamente tomarão as medidas positivas que forem adequadas. Significa dizer que a Telecom Itália móvel no Brasil é uma empresa, a Telefônica, com a sua participação de 50% na Vivo, é uma outra empresa, aqui no Brasil uma não tem nada a ver com a outra, e continuarão as suas vidas de forma diferente. É bom que se note, também, que a participação do grupo Telefônica na Telecom Itália é de 9,9%, pouquinho menos de 9,9% do capital votante, 6,9% do capital total. E nós temos um caso bastante interessante também, nós temos 9,9% da Portugal Telecom, e até, pelas últimas declarações que foram veiculadas na imprensa, ninguém pode dizer que nós temos controle sobre a Portugal Telecom, até porque, se tivéssemos, as declarações estariam sendo feitas, não teriam o conteúdo que tiveram. Então, eu acho que esse é um caso concreto, e todos os documentos dão conta disso, e obviamente esses documentos tão sendo submetidos ao regulador brasileiro, serão submetidos conforme nós apresentamos concentração na próxima segunda-feira, na última segunda-feira, vamos a pedir uma anuência prévia, pra, conforme estabelece a regulamentação, e serão avaliados com todos os, com todos os cuidados pelo regulador brasileiro, mas, no caso específico, não tem nenhum efeito sobre o mercado brasileiro o fato de existir uma plataforma da Telecom Itália e da Vivo, gerando algum tipo de dúvida, se elas serão de alguma maneira uma operação integrada ou não. Com relação à questão de conteúdos, o que a gente tem dito de forma muito explícita é que nós precisamos ter acesso a conteúdos, e a operação da TVA ela tem dois vetores extremamente importantes, o primeiro é que a TVA tinha uma infra-estrutura, e tem uma infra-estrutura bastante importante; a gente falava aqui e o Conselheiro Forquim perguntava sobre o MMDS, a TVA tem uma infra-estrutura de MMDS em Curitiba, tem uma infra-estrutura de MMDS em Porto Alegre, tem como infra-estrutura de MMDS no Rio de Janeiro, em outras cidades, inclusive na própria cidade de São Paulo, que são infra-estruturas importantes. Então, esse é o ativo de grande importância, também uma rede de cabos coaxiais na cidade de São Paulo, mas, além disso, também é um grande produtor de conteúdo. É verdade que os conteúdos feitos pelo grupo Abril não são conteúdos, neste momento, que possam ser transportados 100 por 100 de uma maneira imediata para meios de comunicação eletrônica, porque foram conteúdos desenvolvidos ao longo do tempo para implicações de mídia impressa, mas certamente é um acervo extremamente importante, e que vai contribuir pra que, no futuro, seja um fator de diferenciação, não que nós venhamos a adquirir essa geração de conteúdos, nós vamos ter, querer ter acesso a esses conteúdos, como desejamos ter acesso também a todos conteúdos que são feitos no Brasil, não é por outra razão que nesse momento nós desenvolvemos negociações com todas as empresas brasileiras de conteúdo, incluindo aquelas que são mais representativas no mercado, ou seja, uma coisa é ter acesso a conteúdo, porque eu acho e disse ontem isso no Senado da República, que nós operadores de televisão por assinatura no Brasil, um país monoglota por excelência, com características culturais muito particulares, vão conseguir ter êxito nesse tipo de mercado sem conteúdos brasileiros de qualidade, acho que essa não é uma suposição correta, e que tenha algum tipo de possibilidade de sucesso, isso é uma coisa, outra coisa é você deter a propriedade de geradores de conteúdo; isso nós analisamos pela nossa experiência própria, e nós chegamos à conclusão de que não é o nosso melhor, não é nosso expertise, não é onde nós temos possibilidades de nos diferenciarmos dos demais competidores.

Homem não identificado – Eu vou fazer uma pergunta, que vai voltar a um tema que foi mencionado por um dos Conselheiros anteriormente, que é a questão, um de fibra ótica, e dois da capacidade satelital. Primeiro com relação à fibra ótica, eu tenho, eu gostaria que o senhor fizesse alguns comentários, mencionou-se a fibra ótica na sua apresentação com duas características, uma primeiro, como se ela fosse um substituto, claro que, em um determinado prazo, a última milha, vamos supor, se chegasse até a casa dos usuários residenciais inclusive. E a outra, essa sim eu gostaria de alguns comentários, que é como um insumo, quer dizer, a fibra ótica constitui aí acho que uma parte importante dos bequebonds de acesso à Internet, e a demais redes corporativas, e num quadrinho, que aliás eu anotei com bastante carinho, feito na sua apresentação aonde que mostra as tecnologias disponíveis aos grupos, pelo menos aos principais grupos. Essa é uma tecnologia disponível a todo mundo, a todos os quatro grupos que foram mencionados aí na sua apresentação, mas que

provavelmente tem topologias de rede bastante diferentes, ou não, né? As mesmas observações valem pra capacidade satelital, quer dizer, essa sim parece mais concentrada em um ou dois grupos econômicos, por exemplo, o Brasil, talvez na América Latina. Em que medida essas duas tecnologias são substituíveis ou complementares? Se elas servem e podem servir pra coisas parecidas, e têm estrutura de ofertas, pelo menos apenas do ponto de vista, considerando o ponto de vistas da oferta diferentes no Brasil, e talvez na América Latina.

Antônio Carlos Valente – Bom, as redes de fibras óticas elas foram desenvolvidas nos anos 80, exatamente como forma de aumentar de uma maneira muito significativa a rede de troncos, né? Que seria a rede de transportes. Então, só exemplificando, vamos imaginar que nós tivéssemos na cidade de São Paulo, nós estivéssemos falando da central de perdizes, que se comunica com a central de ingleses. Então, a ligação entre essas duas centrais telefônicas, que eu vou utilizar como exemplo, no passado era feita por cabos metálicos, e esses cabos metálicos, cabos de cobre, eles tinham regeneradores a cada 1.800 metros, e utilizavam sistemas que eu falava anteriormente, sistemas PCM. Então, com a chegada das fibras óticas, esses elementos trocaram foram substituídos, e, praticamente, ao longo desses 25 anos, todas as conexões de entre centrais telefônicas, sejam a nível de central local, sejam a nível de central local e centrais de trânsito nacional ou internacionais, foram substituídas por essa grande rede de transporte de fibras óticas. E quando a gente fala de grande rede de transporte de fibras óticas, a gente tá falando inclusive de *backbond* nacional, quer dizer, hoje nós temos aí todos os estados brasileiros, a grande maioria deles, talvez a exceção seja Amazônia, Manaus especificamente, que não tão, não estão interligados por fibras óticas, né? Mas essa rede de fibras óticas, ela tem uma característica específica, ela não é uma rede de acesso, ela pode até ser, se você tem um cliente numa rota, que entre duas centrais, eventualmente você pode utilizar também esse cabo de fibras óticas pra rede de acesso, mas ela foi construída e foi desenvolvida para essa rede de transporte. Bom, a evolução veio, os países se interconectaram, hoje todos os países tão interconectados por fibras óticas também, os cabos submarinhos de grande capacidade, todo o mundo, o mundo todo tá interligado a nível de rede de transporte por fibras óticas. Bom, agora nós chegamos ao momento onde as aplicações a nível de Internet, e aí a gente vai sair um pouquinho da rede de transporte, vai começar a chegar na rede de acesso, exigem cada vez maiores velocidades. Então, nós começamos com a nossa Internet, dentro daqueles *modemzinhos* discados, 90, 56 quilos *bits*, aquele barulhinho irritante. Saímos hoje, estamos já pensando com produto de excelente qualidade, que é o Speed, que já oferece velocidade de algumas unidades de *mega bits*, muito bom o produto, tá? E a gente vai chegando e avançando, mas as aplicações cada vez mais exigem velocidades maiores, e hoje, o que nós do mercado de telecomunicações estamos antevendo com muita clareza, é de que nós teremos necessidades de dezenas de *mega bits* alto, por exemplo, estamos falando de 70, 60 *mega bits* ou até centena de *mega bits*, pras novas aplicações que vem a nível de Internet, com aplicações de vídeo, e uma série de outras aplicações que exigem velocidades muito altas, exigem largura de banda muito alta. E a solução tecnológica que existe nesse momento é a fibra ótica, não é por outra razão que aqueles dois exemplos que eu colocava aqui pra os senhores, a questão da Avoraison e a Dot Telecom, fala exatamente no processo de aplicabilização da rede de acesso...

Troca de fita

Antônio Carlos Valente – Então, nesse caso a gente tá falando efetivamente de última milha, solução de última milha, e solução que poderia tá disponível pra qualquer operador. Qual é o *drive* que vai fazer com que isso venha a ocorrer ou não? Exatamente o investimento necessário para a aplicação dessas redes de fibras, porque hoje, o que nós temos, são anéis de fibras para rede de acesso, e agora, quando eu vinha pra cá, passei em cima de um ralo com o nome de um operador, que certamente tem uma rede de fibras óticas em anel aqui na cidade de Brasília, que não é o operador encubente, é outro operador, fazendo com que esses grandes clientes que já tinha essa necessidade de banda fossem conectados a esses anéis, chamados anéis metropolitanos. A gente tá falando de um grupo selecionado de cliente, que já tinham essa necessidade de velocidades altas. O que nós estamos falando agora por futuro é o seguinte, todos nós teremos necessidade nas nossas residências destas mesmas velocidades, e aí, muito provavelmente a fibra ótica, dentro do conceito tecnológico atual, é a solução que deve ser implementada, quantas pessoas ou quantas empresas poderão utilizar essa solução? Quantas se dispuserem a investir, quantas se dispuserem a fazer esse investimento. O caso do satélite, aí a situação já é um pouquinho distinta, né? Os satélites são soluções que têm uma relação de custo completamente diferente, né? Se nós tivermos falando de um satélite, tem basicamente três componentes muito importantes do mercado de satélite, que é o artefato, né? O satélite em si, o lançamento e o seguro. São os três componentes importantes no mercado de satélites, isso depende muito da demanda e tal, mas, nesse momento, possivelmente nós estamos falando de um investimento pra colocar o satélite bastante robusto, um satélite aí, sete e meia toneladas no ar, a gente tá falando aí seguramente num investimento de uns 350 milhões de dólares, o que é substancialmente diferente daqueles números que a gente tava falando anteriormente. De outra maneira nós também estamos falando de incapacidade, que são substancialmente diferentes, porque, ainda que a gente tenha um satélite muito poderoso, um satélite de sete e meia toneladas, satélite grande, com uma quantidade grande de *transpondens*, é um meio comparativamente à fibra ótica infinitamente menor em termos de capacidade, mas que tem aplicações muito importantes, por exemplo, Amazônia, onde praticamente não existe outra forma de alcance, ou os próprios mercados, onde é necessário ou uma velocidade de implementação muito rápida, como muitas vezes é o mercado corporativo, ou o mercado aonde é necessário chegar com a mesma informação simultaneamente em diversos pontos, como é o caso típico da televisão por assinatura, onde você leva a mesma informação pra diversos pontos. O fato concreto é que são dois mercados substancialmente diferentes, com dinâmicas muito diferentes, e ambos os casos, ainda que no caso do satélite exista a necessidade de obtenção de direitos de aterrissagem, ainda que no satélite exista a necessidade de licença pela posição orbital, cada país utiliza uma lógica em relação a isso. O Brasil, ele comercializa, o governo brasileiro comercializa as posições orbitais, não que a posição orbital seja brasileira, porque tá há 36 mil quilômetros, não seria algo que estaria dentro do nosso marco territorial, mas todos os trâmites necessários à obtenção dessa posição orbital a nível internacional, das negociações da união internacional de telecomunicações, são feitas pelo governo brasileiro, e o governo brasileiro faz um leilão público e vende uma posição orbital; vende entre aspas, né? Ou seja, existem limitações ao número de operadores no satélite, não são infinitos, como poderiam ser teoricamente dentro do mercado de televisão a cabo, ou seja, são plataformas diferentes com aplicações diferentes e com restrições de entradas diferentes.

Prado – Temos mais 10 minutos, e tem Ministério Público, doutor Marcelo, também doutora Luisa, Procuradora Geral da Anatel, doutor Jeferson aí do Ministério das Comunicações, eu vou pedir, passar pro Ministério Público, eu vou pedir respostas curtas, por favor, doutor Vicente, porque realmente, doutor Valente, nós estamos com o período um pouco apertado de tempo.

Mulher não identificada – Boa tarde a todos. Inicialmente eu gostaria de parabenizar esse Conselho pela iniciativa de trazer ao debate temas importantes do sistema de defesa da concorrência e das audiências públicas, que parece que o Brasil agora resolve realmente se abrir pra sociedade brasileira, e mostrar as novas tecnologias, os novos instrumentos que se

pretende, no sentido de melhorar a sociedade brasileira. Em relação ao tema, como a minha especialidade é direito ambiental, foi muito posto aqui os avanços tecnológicos com repercussão nas tarifas, no melhor atendimento aos usuários etc. A preocupação aqui no CADE naturalmente é com a concorrência, que mecanismos poderiam ser colocados como flexibilização regulamentar pra estimular essas concorrências entre essas plataformas. E do ponto de vista ambiental, só por curiosidade, de que forma o setor tá tratando essa questão em relação a esse impacto, que essas novas tecnologias vieram trazer? Já há algum estudo no sentido de que elas são menos agressivas ao meio ambiente, ou não? É uma pergunta. Obrigada.

Antônio Carlos Valente – Bom, doutora, obrigado pela sua pergunta, e até queria aqui fazer um comercial, presidente, eu posso fazer um comercial? Nós estamos nos próximos dias lançando, juntamente com a Universidade, provavelmente a Universidade de São Paulo, o nosso informe de responsabilidade social corporativa, e o vetor meio ambiente é um dos vetores, que nós consideramos importantes entre os (fala ininteligível) que nós temos considerados no nosso, no informe de responsabilidade social corporativa, o meio ambiente é um deles, o que comprova a nossa preocupação com esse tema, que é um tema de tanta relevância na sociedade nos dias de hoje, que certamente vou fazer chegar a todos os senhores um convite pra que estejam conosco no dia do lançamento do nosso informe do ano de 2006. Agora, especificamente naquilo que se refere a aspectos ambientais nos serviços de telefonia de telecomunicações fixas, eu diria que não existe um grande conjunto de preocupações com relação ao tema, já que nós estamos falando de bens confinados, na verdade, na maioria das vezes, que utilizam insumos que não tem grande impacto a nível de meio ambiente, e, conseqüentemente, ainda que exista preocupação, é uma preocupação que eu diria comparativamente menos importante do que a outros setores. No caso da telefonia celular, aí a situação talvez não seja exatamente a mesma, por duas razões: a primeira, pela questão das baterias, que nós sabemos que, uma vez que deixam de ser utilizadas, passam a ser uma preocupação ambiental, e aí as empresas tão tomando uma série de medidas pra coleta dessas baterias utilizadas, de forma que não exista nenhum dano ao meio ambiente. E a outra preocupação, que é uma preocupação também extremamente importante, que é a questão das antenas e o efeito das antenas sobre a sociedade, seja sobre a ótica, digamos assim, estética, seja sobre a ótica da interferência sobre o cidadão. Existe todo um conjunto de estudos desenvolvidos pela Organização Mundial da Saúde, que comprovam, ou, pelo menos, indicam que não existe nenhum tipo de dano ao cidadão, à pessoa humana, mas ainda assim é uma preocupação importante, e que tem que ser mantida sobre controle no caso das tecnologias sem fio, que são muito fortemente utilizados pelos sistemas de celulares.

Prado – Doutor Marcelo Ramos, da SEAI.

Marcelo Ramos – Obrigado, Conselheiro. Eu gostaria de fazer uma pergunta, aliás, duas, uma exploração de um detalhe do que o Conselheiro Luiz Fernando colocou, que é o seguinte: por tudo que a gente pode ver, a tendência futura, próxima de prazos, será realmente a substituição em termos de meios confinados da última milha cada vez mais pela fibra, tanto o cabo coaxial quanto o par trançada, as novas redes, nova geração etc. Eu gostaria de saber, então, porque, na verdade, se a gente olhar mesmo naquele quadro que você mostrou todos os conjuntos de tecnologias ali, naverdade se reduz a dois tipos, né? Uma que é o meio confinado chegando até a residência do indivíduo, e a outra é o *wireless*, né? O sem fio. Como é que se dá no caso a questão da substitubilidade entre um e outro, na medida em que, na medida, a proporção que você vai substituindo o meio confinado pela fibra, atingindo capacidades como aqui você mesmo colocou, de centenas de *mega bits*. Como é que fica a substitubilidade disso em relação ao sem fio? Porque eu suponho que existam barreiras, não só, talvez até físicas, quanto também econômica, como a gente sabe que pra você fazer uma cobertura com a velocidade necessária pra competir com essa centenas de *mega bits* do meio confinado, você teria que ter um investimento de capital bastante alto, se é que é possível chegar a esse tipo de velocidade, essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta eu gostaria de saber, no caso das operações da Telefônica ao redor do mundo, onde já se utiliza a tecnologia de IPTV Imagenium, como é que tá a questão da produção do conteúdo local, especialmente, provavelmente na Espanha, né? que deve ser, imagino que seja o lugar aonde isso tá mais avançado em termos de como é que se dá a divisão entre o conteúdo local, conteúdo estrangeiro, né? E na medida em que isso tá sendo regulado lá pela legislação da televisão sem fronteiras, né?

Antônio Carlos Valente – Bom, em relação à questão das fibras, né? O que eu procurei colocar pros senhores e pras senhoras é exatamente uma tendência, que vai se tornando realidade em função do nível de desenvolvimento de cada sociedade, e em função, também, vamos dizer assim, do nível de investimento que se faz. Foram aqueles casos que eu coloquei aqui, que são bastante emblemáticos dos dias de hoje, do caso da Averaision e da Dot Telecom, né? O fato é que, provavelmente, nós vamos ter ainda, durante um bom tempo, a convivência de todas as tecnologias, e quando a gente fala, por exemplo, naqueles 380 municípios do Estado de São Paulo, se a gente tivesse falando a nível nacional, a gente estaria falando provavelmente no nível de municípios muito maior, certamente a possibilidade de utilização das tecnologias existentes, das redes existentes também vai ser uma coisa muito importante pro futuro, porque, ainda que a gente venha a mergulhar num projeto de fibras óticas, como acontece em todos os pontos da atividade econômica, isso vai seguir uma determinada ordem de implementação, e essa ordem vai tá em função do número de pessoas afetadas, a possibilidade de você rentabilizar a cada um desses projetos mais rapidamente ou não, acho que isso vai tá sempre presente. Então, essas tecnologias elas serão importantes também na convivência, acho que pegar um país como o Brasil e opticalizar todo um país como o Brasil, certamente a gente vai precisar de um número de anos, que não vai ser muito pequeno. Por isso a tecnologia *wi-fi* me parece extremamente importante, e a pergunta que o senhor fez, exatamente porque, dentro da tecnologia *wi-fi*, hoje o mundo já dispõe de redes, que são as chamadas redes de terceira geração, e já começamos a falar em rede de quarta geração, que permitem também a oferta dos serviços de banda larga, ainda que não em velocidades com esta magnitude das redes óticas, mas que extremamente mais eficientes e muito mais potentes do que as redes atuais, pelas tecnologias sem fio. E essa rede de terceira geração, que hoje são uma realidade na Europa, são uma realidade nos Estados Unidos, e, através das técnicas de protocolos mais recentes, permitem já oferecer dez *mega bits*, doze *mega bits*, em redes *wireless*. E operadoras que têm oportunidade de viajar pra Europa, pra encontrar nos principais aeroportos da Europa as ofertas de serviços de banda larga *wriales*, com preços bastante convidativos, obviamente se a gente considerar as realidades do mercado europeu, qual é a situação aqui nossa no Brasil? A situação nossa no Brasil é que nós também podemos iniciar o desenvolvimento das redes de terceira geração; existe o espectro alocado, esse espectro alocado no Brasil desde os princípios, do princípio desse século 2000/2001. Existe uma quantidade de blocos alocados pra que exista competição também nesse mercado, aí agora é a decisão do próprio estado brasileiro de fazer o leilão dessas freqüências, sempre considerando que são bons primeiro, e por serem bons infinitos nós não podemos ter uma quantidade de operadores além daqueles que os blocos de freqüências permitem, e eles certamente serão uma solução de complementaridade dentro do conceito que eu falava anteriormente, opticalização, redes atuais e também redes novas *wireless*, pra fazer com que o País todo esteja conectado, eu acho que todos nós aqui, e aí eu saio totalmente da posição de Telefônica e falo aqui pela minha

carteira de identidade, todos nós temos que nos mobilizar em relação a isso, estão no projeto do Presidente Lula, projeto extremamente importante, levar banda larga pra todas escolas, é um projeto prioritário; no segundo momento a gente tem que levar banda larga pra todo o mundo. Isso a gente só vai conseguir fazer isso se a gente deixar essas questõezinhas menores de obrigar a operadora a cooperadora a abrir, todo mundo se juntar nesse grande projeto nacional, juntamente com o Estado, juntamente com todos os meios disponíveis que o Estado tem com relação a espectro, com relação a leilão, com relação a mobilização de esforços, pra que a gente conclua esse projeto, no prazo que seja o mais rápido possível. E fazer deste País um País completamente diferente, a gente tem possibilidade em cinco anos de fazer um País completamente diferente, agora cada um de nós tem que, em primeiro lugar, deixar essas questõezinhas de lado, em segundo lugar, o próprio estado, e aqui eu vejo a presença da doutora, a ilustre procuradora, Doutora Ana Luiza, fazer com que as coisas aconteçam, a gente só quer acesso, só quer dinamismo, só isso, e eu acho que é muito importante que a gente comece a usar todo esse espectro, pra que a gente possa ter soluções, que sejam complementares no objetivo de alcançar esse fim. Não sei se o senhor tinha feito essa pergunta. Bom do Imagenium, a questão do mercado europeu de conteúdo é bastante diferente do nosso, né? O mercado europeu eles, como eu comentei anteriormente, ele se desenvolve com base nas televisões estatais; você lá tem BBC1, BBC2 e BBC3, competição muito saudável do que BB6, mas depois, no final, a coisa acaba sendo mais plural, no sentido de você ter uma série de cadeias privadas, mas a disponibilidade de conteúdos no mercado europeu é bastante diferente da situação que nós temos no mercado americano, onde a gente tem as grandes cadeias mais ou menos equilibradas como Eibici, a CBS, a NBC, e as outras cadeias que tão no mercado americano, ou seja, uma pluralidade muito grande, um equilíbrio muito grande dessas cadeias e do mercado brasileiro, que tem características muito próprias e muito particulares. No mercado europeu, a disponibilidade de conteúdos ela é muito livre pra todo mundo, porque não existe tanto essa figura que existe em outros mercados, a questão da figura das estatais, que interessam empresas que deveriam tá com essa oferta de conteúdos pra todos, e as empresas privadas, que são bastante importantes do mercado espanhol, mas são empresas que ainda estão procurando seu espaço. Então, eu acho que, dentro do conceito do Imagenium, a nossa idéia é ter, como temos efetivamente, acesso a todos os conteúdos através das negociações que correspondem, e isso não tem sido, ao longo do tempo, nenhum problema.

Prado – Eu tô com meu tempo contado, pra não estourar muito, agora eu quero pedir ao grupo, pergunta curta, por favor, eu vou fazer por bloco, se o Jeferson quiser fazer alguma pergunta, o Igor também posteriormente, que a gente já faz, porque eu tô, infelizmente, mais de 20 minutos estourados.

Mulher não identificada – Doutor Prado, então, eu vou só mais uma vez parabenizar o CADE, pela iniciativa, porque a pergunta que eu tenho é um pouco complicada, eu faço pro Valente depois, tá bom? Mas parabéns mais uma vez, é realmente bastante entusiasmador ver esse tipo de iniciativa, o CADE realmente merece aplausos.

Prado – Eu deveria fazer pergunta, e, se for o caso, a gente fica pra depois.

Mulher não identificada – Bom, eu ia só complementar a segunda pergunta do Marcelo com relação ao cenário europeu de conteúdo, pra ver o comentário do Valente a respeito de como você vê a evolução do quadro regulamentar brasileiro, considerando as inovações européias, por exemplo, nós temos visto as operadoras falarem muito da questão da licença única, o Falcon, na audiência que veio aqui passada, deixou, essa foi uma das propostas que ele fez, e a gente sabe que é uma iniciativa que a Europa tomou em 2003. Mas, ao mesmo tempo que a Europa toma essa iniciativa em 2003, nós estamos hoje vendo a finalização da revisão da televisão sem fronteiras, e a instituição da diretriz do que eu tô chamando brasileiro de serviços audiovisuais multimídia, que é a VNS Audiovisual Mídia Diretriz, que praticamente estabelece uma separação entre rede e serviços multimídias, e no caso de serviço audiovisual sobre o foco da regulação europeia, o eixo de regulação deixa de ser especialmente a bandeira do conteúdo, do capital do conteúdo pra ser a bandeira do controle editorial da possibilidade que a prestadora tem, seja ela uma prestadora de serviço de rádio-fusão *stricto sensu*, seja uma prestadora de serviço de comunicação eletrônica, que resolva entrar no serviço do audiovisual mídia, da possibilidade que essa operadora tem de fazer uma programação que não possa ser alterada pelo usuário, ou seja, de estabelecer uma programação sem possibilidade de atividade, e, a partir desse momento, se submeteu uma regulação mais intensa ou vim oferecer serviço que seriam como se fossem serviços audiovisuais pessoais, aonde o usuário determina o momento e a ordem da aferição desses serviços, pra vislumbrar que realmente a questão da licença única, te pergunto, merece uma complementação pra regulação dos serviços de conteúdo sobre essa ótica? E, por outro lado também, há essa diretriz do audiovisual que se preocupou com uma coisa que, na minha visão, parece ser o foco da preocupação da disputa entre teles entrando no mercado de TV por assinatura, que são os grandes eventos, o que eles chamam de *list de eventos*, como copa do mundo, campeonato brasileiro, que há agora, já existem uma série de restrições sobre a possibilidade de acordos de exclusividade, pacote de aquisição desse produto aqui no Brasil, isso ainda como diz o doutor Leite Fofinho, e parece ser um dos grandes focos de preocupação das empresas no mercado da TV por assinatura atua, diante da possibilidade de vocês terem um capital bastante intensivo e poderem entrar nesse mercado, digamos, quebrando a banca, né? Comprando todos os campeonatos e todos os direitos de exibição. Como que você vê a evolução do marco regulatório brasileiro, considerando essas perspectivas e aproveitando a sua experiência europeia?

Antônio Carlos Valente – Três minutos é possível responder? Essa não é uma pergunta difícil, é uma pergunta muito difícil, primeiro, que é feita pela doutora Ana Luiza, que trabalhou na Ancine e conhece aí melhor do que todos nós todas as particularidades, né? E, segundo, que é um tema muito complexo. Eu diria só, eu vou tentar ser breve, eu acho que aí a questão não é muito de marco regulatório, sabe, eu acho que a gente tá falando muito mais é de marco legal, entendendo a diferença entre marco legal e marco regulatório. Acho, que como nós temos dito, nós temos uma situação no Brasil, como eu mencionei num determinado momento, de um País, de um povo que tem suas características particulares, nós temos um acervo extremamente importante de conteúdos no nosso País, temos grandes produtores de conteúdo e tem uma série de questões, conforme a doutora coloca, que são extremamente complexas, eu acho que independentemente da experiência que o grupo tem, independentemente da experiência que eu tenho pessoalmente sobre o tema, eu acho que o que eu poderia dizer de mais construtivo nesse momento, a gente precisa parar, eu acho que a gente precisa refletir, discutir, ter muitas audiências públicas semelhantes a essa, pra focar exclusivamente nessa questão que a doutora coloca, eu, ainda que eu não tenha a minha capacidade de síntese reconhecida pelo Conselheiro, que me pedia a todo momento, que eu respondesse brevemente, ele me deixou incapaz de responder essa sua pergunta, porque eu acho que ela é uma pergunta que gera uma complexidade muito grande a mais na reflexão, acho que esse é um dos grandes temas que a sociedade brasileira tem que discutir nos próximos meses, mas aí eu vejo a dúvida mais de marco legal, e o marco regulatório decorrente desse marco legal.

Prado – Bem, infelizmente eu vou ter que terminar, porque, realmente, o meu tempo, você quer falar alguma coisa?

Homem não identificado – Eu não vou fazer pergunta, pra evitar a extensão, mas chamar atenção porque não foi um tema tão abordado aqui nas discussões, essa audiência ficou muito concentrada muito na questão da capacidade de exploração dessas plataformas e a competição entre elas. A competição é um dos pilares, e uma das preocupações centrais naturalmente dessa instituição, mas nós temos um desafio no País a superar, que é a universalização de serviços essenciais, que não estão resolvidos, porque não foram o foco de preocupação do modelo anterior. O espírito de recepção nos falou, e só ano passado conseguiu superar atingir, superar 50%, metade dos municípios de São Paulo, o estado mais rico da federação, que certamente, cujo mercado suporta ou suportaria em termos de molde, pagar pelo serviço. O senhor chamou atenção também, durante a apresentação, para o estabelecimento de assimetrias pra competição, ordenação dessas simetrias poderão comprometer (fala ininteligível) isso não vale só pra telefonia, isso é um dos desafios. Então, o que fica aqui pra sugestão de também debatermos nas próximas audiências é a questão de qual é o papel da entrelinhas, das concessionárias, qual é o papel do estado, pra que a gente atinja os objetivos das negociações, especialmente do acesso em banda, um que é a banda larga, muito larga em fibra, mas um *mega*, dois *megas* ao acesso à Internet, isso por só um acesso de uma banda razoável de média por usuário, já resolveria bastante nosso problema, acho que esse assunto precisa ser trazido e discutido em paralelo com o assunto da competição realmente.

Prado – Muito obrigado. Eu, realmente, é um grande interesse do Estado em fazer essa discussão de maneira mais aprofundada, mas o nosso tempo é limitado, eu lembro que essa audiência está gravada, está disponível no *site* do CADE, e posteriormente todo esse material, inclusive trazido aqui, vai ser disponibilizado num relatório final, que o CADE fará sobre esses eventos. Então, muito obrigado então.

Homem não identificado – Bom, eu só queria, pode fazer considerações finais? Era só pra me solidarizar com todas as observações que já foram feitas sobre a iniciativa do CADE, e eu acho que nós, da Telefônica, e eu pessoalmente, me coloco inteiramente à disposição em público ou em audiências privadas, se for necessário, pra que a gente tenha a oportunidade de contribuir de alguma maneira pra que nós tenhamos o avanço que nós todos desejamos da sociedade brasileira. Parabéns, doutor presidente, e muito obrigado pela oportunidade.

Prado – Bem, eu vou fazer um intervalo de 15 minutos.

Intervalo para o café